



RELATÓRIO E CONTAS 2021



SANTA CATARINA – INDÚSTRIA CONSERVEIRA, SA



CONTEÚDO

INTRODUÇÃO	2
A EMPRESA	3
INFORMAÇÕES GERAIS	3
ORGANOGRAMA	5
ENQUADRAMENTO CONJUNTURAL	9
ATIVIDADE DA EMPRESA	10
EVOLUÇÃO DAS VENDAS DE CONSERVAS EM 2021	11
INVESTIMENTOS	18
RECURSOS HUMANOS	19
MARKETING E COMUNICAÇÃO	25
QUALIDADE ALIMENTAR E AMBIENTAL	25
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE	26
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	31
ANÁLISE DO BALANÇO	31
ATIVO	31
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	32
ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	33
GASTOS E PERDAS	34
RENDIMENTOS E GANHOS	37
RESULTADOS	40
INDICADORES FINANCEIROS	41
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	42
AGRADECIMENTOS	43
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48
ORGÃOS SOCIAIS	85
REMUNERAÇÕES	87
CURRICULUM VITAE	88
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	92
CERTIFICAÇÃO LEGAL	94



INTRODUÇÃO

Ex.mos representantes da acionista,

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 15.º e nos termos do artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março, dos Estatutos e demais legislação comercial, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação Anual de Contas de Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A., referentes ao exercício de 2021.

Calheta, 21 de abril de 2022.

O Conselho de Administração,

(Catarina de Lacerda Martins)

(Simão Pedro Ferreira Cabral Neves)

(Vassili Plesov)



A EMPRESA

INFORMAÇÕES GERAIS

Santa Catarina - Indústria Conserveira S.A., com sede na Rua do Roque, n.º 9, 9850-079 Calheta São Jorge, Açores, com número de contribuinte 512044899 e com um capital social de 50 000,00€ (cinquenta mil euros), tem como acionista único a Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., que detém 100% do capital social.

O Conselho de Administração, nomeado para o triénio 2021/2023, que iniciou funções apenas no final do 3.º Trimestre, a partir do dia 1 de setembro de 2021, é composto pelos seguintes elementos:

- **Catarina de Lacerda Martins** - Administradora Executiva, Presidente do Conselho de Administração;
- **Simão Pedro Ferreira Cabral Neves** - Administrador Executivo, Vogal do Conselho de Administração;
- **Vassili Plesov** - Administrador Não Executivo, Vogal do Conselho de Administração.

O anterior Conselho de Administração esteve em gestão corrente até ao início do mandato dos atuais Administradores.

A sociedade tem por objeto social principal a produção e comercialização de conservas, bem como a aquisição, importação e exportação de quaisquer produtos alimentares, frescos ou congelados, consubstanciando ou não matéria-prima para a sua atividade.

A empresa tem como missão: produzir conservas de atum com um firme compromisso com a qualidade, com a certeza de estar a trabalhar em prol da sustentabilidade e da valorização dos recursos locais, de forma socialmente responsável.

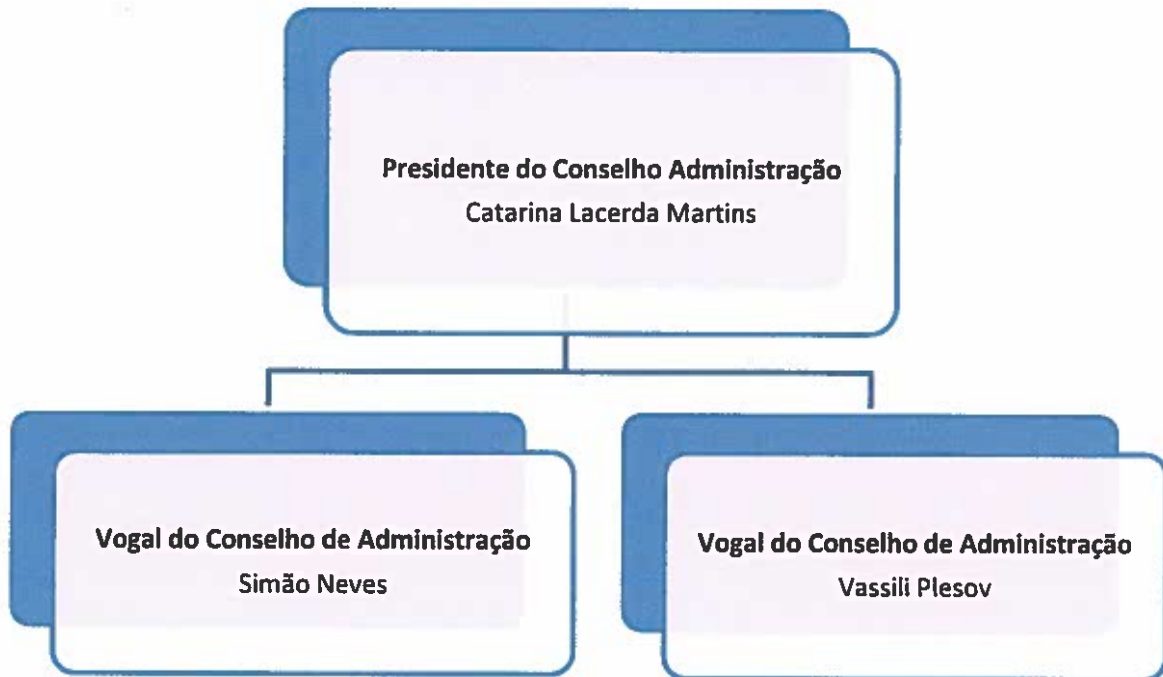
Toda a sua atividade baseia-se nos valores da Qualidade, Sustentabilidade e Responsabilidade Social.



Designação	Santa Catarina – Indústria Conserveira, SA.
Objeto Social	Conservação segundo os padrões legalmente estabelecidos de produtos diversos, desde pescado a produtos agrícolas e frutícolas próprios da ilha e da região; aquisição, importação e exportação dos produtos frescos ou congelados consubstanciando na matéria-prima da atividade industrial ou orientado a fim diverso, comissões e consignações, a participação, aquisição ou afretamento das embarcações de qualquer espécie, bem como sua exploração lucrativa, a embalagem e comercialização de produtos próprios ou de terceiros, a criação de novos mercados e áreas de comercialização, podendo nelas estabelecer agências de representação ou armazenamento, a armazenagem à consignação de produtos agrícolas e industriais para posterior comercialização rentabilizada, o transporte e depósito como intermediário de mercadorias consignadas a outrem por conta de terceiros, o exercício de atividades comerciais ou de fim não lucrativo que diretamente se correlacionem com o objeto social, que dignifiquem a imagem da firma servindo de veículo publicitário da atividade exercida e da ilha ou região onde se encontra implantada.
Capital Social	50 000,00€
NIF	512044899
C.A.E.	10203 - Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos
Estrutura Acionista	100% Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, SA
Sede	Rua do Roque, 9 9850-079 Calheta, Ilha de S. Jorge (Açores)
Contatos	Tel.: 295 416 220 Fax: 295 416 814 E-mail: geral@atumsantacatarina.com Site: www.atumsantacatarina.com Facebook: http://facebook.com/ConservasSantaCatarina

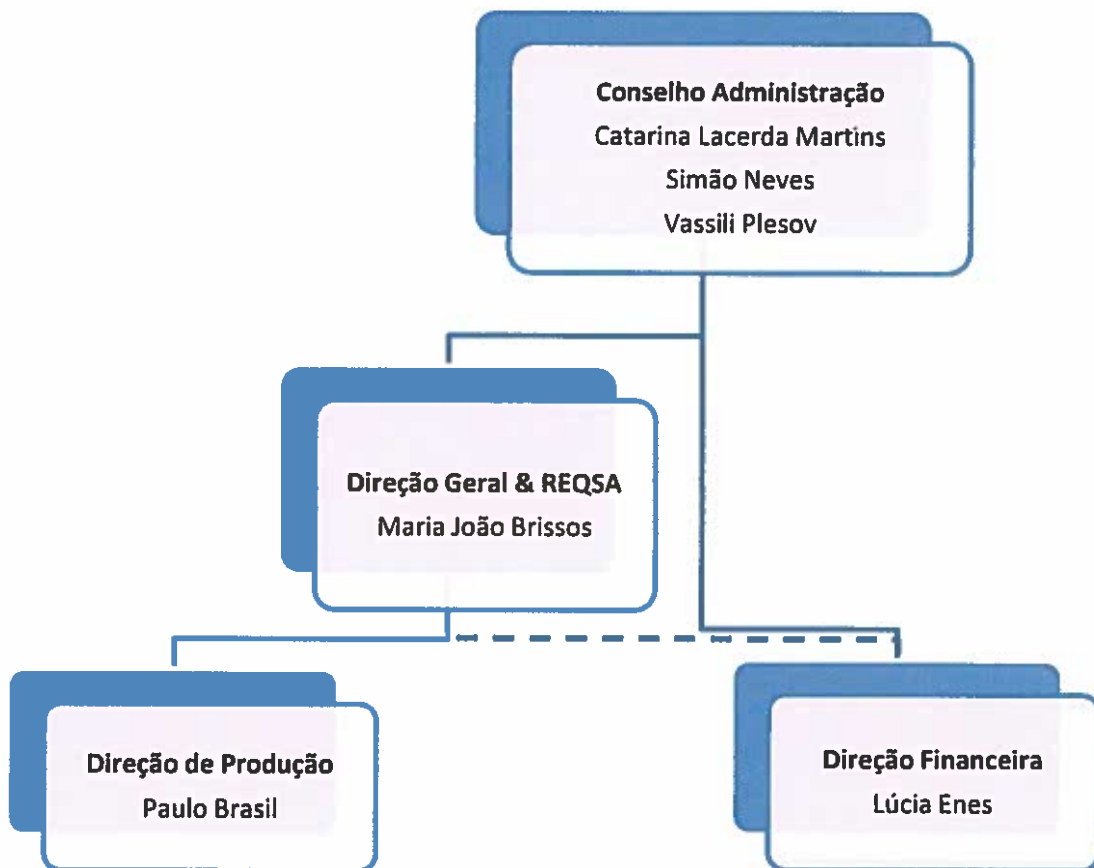


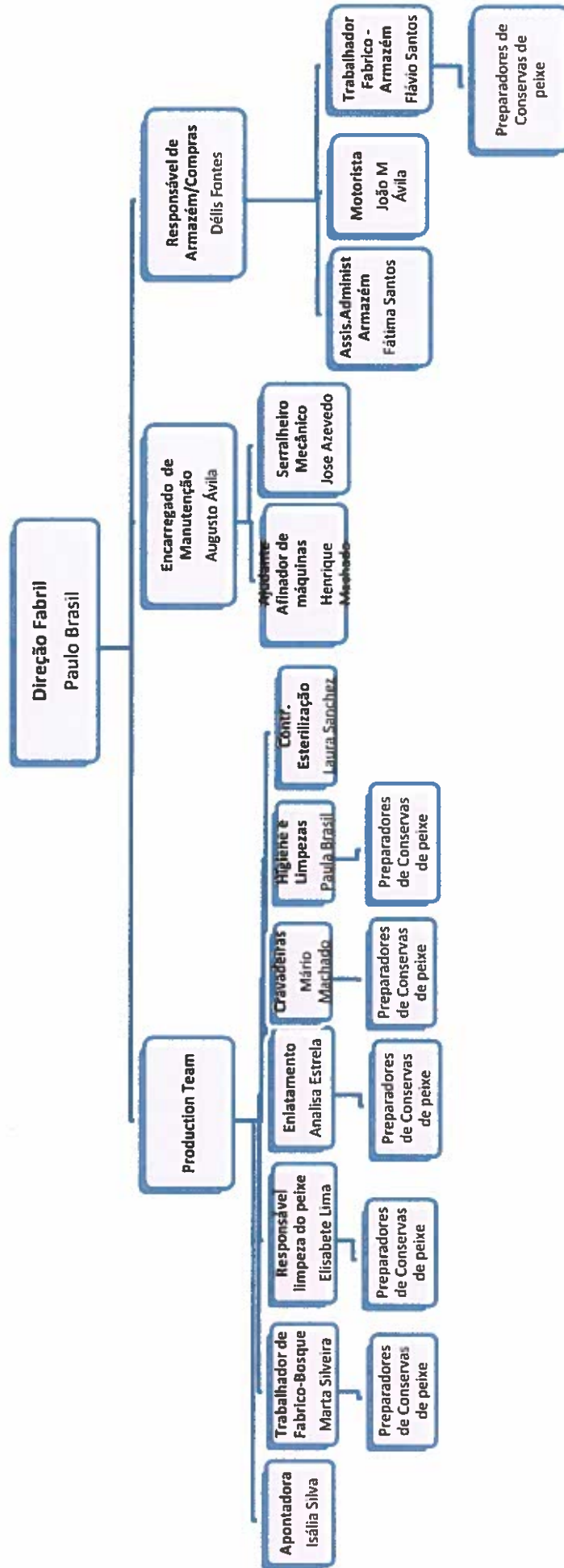
ORGANOGRAMA



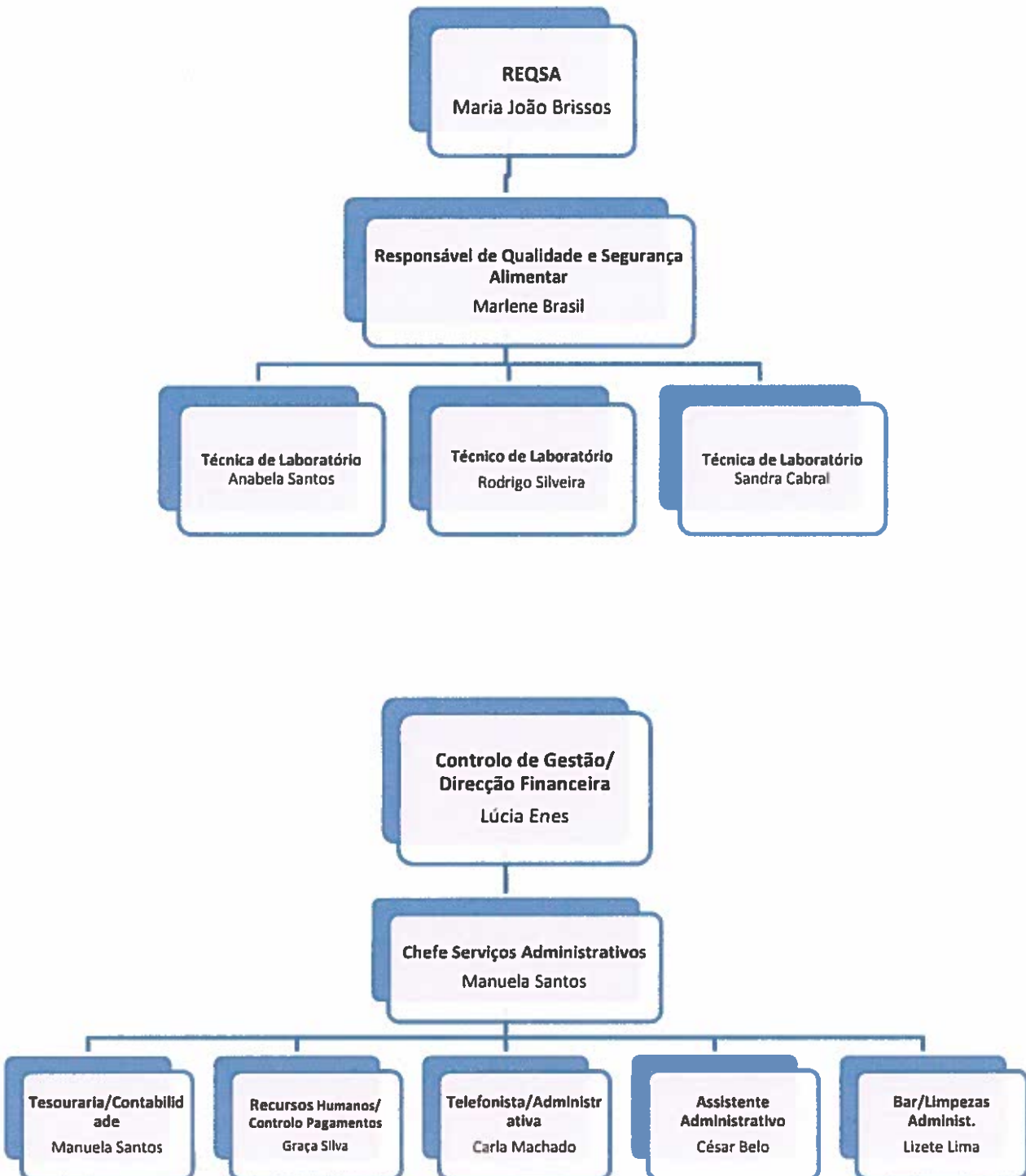


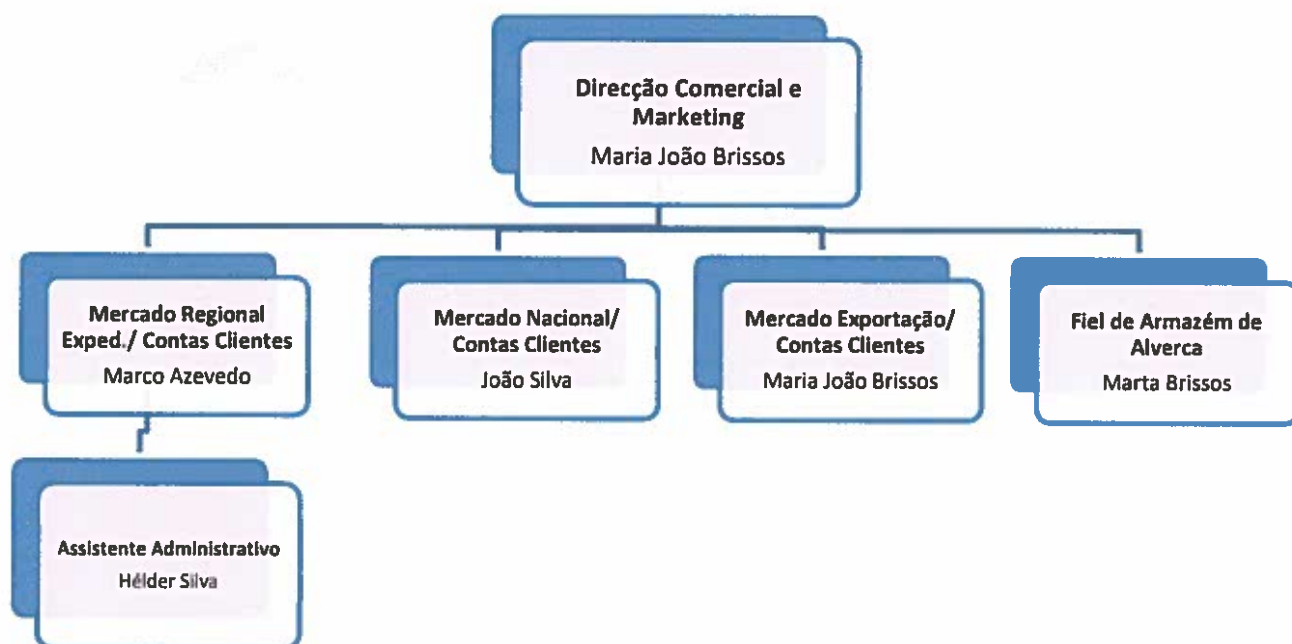
mi
João





Handwritten signature in blue ink.





ENQUADRAMENTO CONJUNTURAL

O ano de 2021 continuou marcado pela crise pandémica que condicionou e alterou, de forma abrupta, as nossas vidas. O quotidiano da indústria conserveira também foi sujeito aos acontecimentos resultantes da crise de saúde, social e económica que todos vivemos. Contudo, no que a esta indústria diz respeito, a procura por um bem alimentar, com as características da conserva, foi positiva.

Em 2021, a laboração foi condicionada pela obra de substituição da cobertura da fábrica da Santa Catarina, a obra foi planeada, mas obrigou à paragem da produção durante um mês. Outro problema relevante foi a falta de oferta de trabalho que se veio a verificar em S. Jorge, sobretudo na área da limpeza do pescado.

Foi um ano marcado por uma safra com descargas nos Açores superiores ao que vinha sendo normal nos últimos anos. Esta situação colocou novos desafios à indústria açoriana, que ao longo dos últimos anos tem competido por forma a garantir uma quota de pescado de salto e vara para poder responder aos contratos que possui de abastecimento de conservas fabricadas com matéria-prima de origem local.

No fim do ano de 2021 foi lançado o concurso público internacional visando a contratação de uma entidade que assuma a exploração da unidade fabril da SANTA CATARINA por um prazo mínimo de 10 anos, com a possibilidade de exercício da opção de compra da totalidade do capital social no final do referido prazo.



ATIVIDADE DA EMPRESA

O ano de 2021, foi mais uma vez um ano atípico dentro da conjuntura atual pois houve o receio legítimo do Covid 19 e as implicações sociais e humanas a nível industrial e comercial e ainda a comparação de volumes de vendas enviesadas pelos valores *out-standing* de março 2020; nesse mês, entregou-se mercadoria na Grande Distribuição (LIDL, SONAE, AUCHAN e El Corte Inglés) em quantidades praticamente idênticas ao volume de vendas do 1º. trimestre.

Foi um ano particularmente desafiante devido a alterações organizacionais dentro da Empresa, difícil por comparação com um ano anterior em que os volumes de vendas foram enviesados pelas vendas extraordinárias do “açambarcamento” de março 2020 e ainda a situação extra, no entanto devidamente planeada, que foi a substituição integral de toda a cobertura da fábrica (teto e telhado) que implicou a paragem de produção durante exatamente 1 mês. Ou seja, durante 2021, produziu-se durante 11 meses e vendeu-se durante 12, o que provocou desvios negativos em vários indicadores que a seguir se explicarão.

No entanto, a aplicação da política desenvolvida de prémios de produtividade na limpeza do pescado e as adaptações dos horários de trabalho (criação de um turno noturno desfasado do horário normal de laboração, sendo esse turno de Higiene e Limpeza da Fábrica) permitiram melhorias de produtividade.

Além disso, os pequenos investimentos que foram realizados, como a mudança para latas de 120 g troncocónicas, entrada em funcionamento em pleno da máquina de rotular frascos, pequenas melhorias na eficiência do armazém e aumento da produção do número de latas, foram algumas das medidas que tiveram significado na melhoria da eficiência da produção. Esta evolução da produção foi também motivada por uma procura e crescimento de mercado.





Handwritten signature

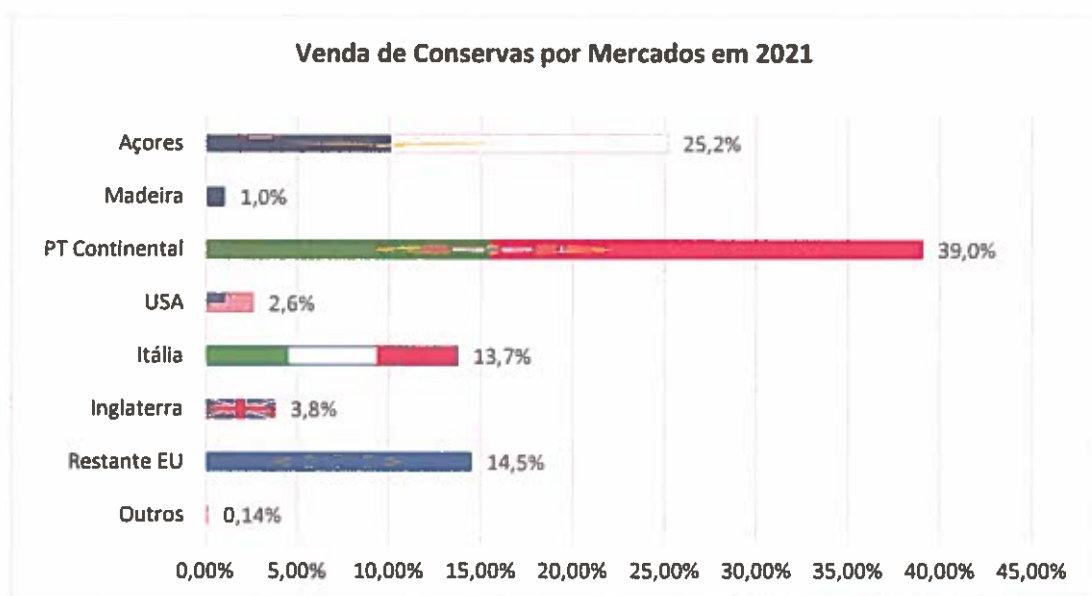
EVOLUÇÃO DAS VENDAS DE CONSERVAS EM 2021

O volume de negócios da empresa atingiu os 9 150 335,52€ em 2021, mais 9,3% que no ano anterior. Contudo este aumento de volume de negócios teve um impacto significativo devido à venda de 1 195 051,14€ de peixe cru. A safra Regional de Bonito em 2021 foi algo anómala por comparação com os anos anteriores e Santa Catarina comprou e vendeu peixe fresco com todas as implicações financeiras e logísticas daí inerentes.

Se retirarmos o efeito extra do mês 03/2020, o volume de vendas de Conservas em 2021 manteve-se estável se comparado com o ano anterior, apesar da exportação para Inglaterra, um mercado muito importante na nossa balança comercial, ter praticamente cessado no 1º trimestre de 2021 devido às contingências aduaneiras e legais no pós-Brexit em vigor desde 01/01/2021. As exportações para Inglaterra recuperaram timidamente ao longo do ano, apenas se atingindo o estado estacionário no último trimestre de 2021.

O desafio de crescer em número de países – Santa Catarina está presente em 28 Países diferentes - marcas, clientes e produtos, obriga a um esforço logístico e de gestão de stocks muito elevado. Hoje, os armazéns da empresa respondem, em simultâneo, a encomendas chegadas de diferentes países, com rotulagens dispare e com exigências logísticas que obrigam os colaboradores a um esforço enorme face ao que habitualmente acontecia na empresa.

VENDAS DE CONSERVA POR MERCADOS





As exportações representaram cerca de 35% do total, em linha com a média do sector Conserveiro em Portugal. Em 2021, as vendas para o mercado nacional/continental continuam a manter a maior percentagem, com cerca de 39% das vendas totais de conservas.

As vendas para o mercado Italiano em 2021 voltam a aumentar 3 p.p. face ao ano 2020. No ano de 2019 a empresa decidiu diminuir o nível de dependência comercial que tinha de um só cliente, para o qual vendia a quase totalidade do seu filete a um preço economicamente menos vantajoso; em 2021 voltámos a Itália, mas abarcando vários clientes distintos e assim ganhámos margem e flexibilidade na negociação de preços.

As vendas para Inglaterra caem para metade do ano anterior (6,4% para 3,8%) devido ao Brexit mas a recuperar já no ultimo trimestre do ano. Em termos relativos, o maior crescimento de vendas deu-se no mercado de outros países da EU: Dinamarca e Holanda. Continuamos a ter presença em diferentes países, um pouco por toda a Europa e até por outras partes do globo. Em alguns países as parcerias que estamos a construir trarão em breve novas oportunidades de negócio, contudo, a internacionalização não se faz no curto prazo e as relações de confiança duradouras são de construção lenta e bem alicersada em trabalho diário e confiança mútua.

Quanto ao mercado dos Açores continua a crescer de modo sólido e consistente onde somos líderes de mercado em todas as 9 Ilhas.



18
Jury

VENDAS DE CONSERVAS POR MARCAS

Em 2021, as marcas registadas e propriedade da Santa Catarina representaram 52,2% das vendas totais mais 5p.p. face ao ano anterior, divididas por Santa Catarina, Bonito dos Açores, Mestre Saul, Petiscada e Bela Aurora.

A sustentabilidade do negócio mede-se também pela opinião e confiança que os consumidores depositam nas nossas marcas. À medida que os produtos se tornam cada vez mais indiferenciados, fatores como a reputação e a imagem apresentam-se como eixos competitivos e diferenciadores.

A maior quebra de vendas em marcas em Portugal Continental, registou-se na marca Bela Aurora devido a alterações no *cardex* das lojas de um grande cliente, e porque, de forma gradual e estratégica, pretende-se reduzir a dependência de clientes que compram muito, mas a baixo preço, por clientes que, embora comprando menos, permitem-nos obter uma maior rentabilidade.

Em 2020 foi celebrado um contrato de venda da marca *Samacaio*, onde a Santa Catarina assumiu a alienação com a contrapartida de produção exclusiva desta marca e de outras referencias deste *player*. Em 2021 há uma recuperação tímida da marca *Samacaio* mas com o alargamento do *cardex* a outros formatos, a marca irá crescer em 2022.

Em lata branca e com marcas próprias, a empresa vendeu 45% do volume total; o peso do *private label* está a diminuir, o que se traduz na afirmação e valorização das marcas da empresa e das marcas de clientes que confiam na Santa Catarina para produzirem as suas conservas. A marca Santa Catarina já é a quinta marca de produtor com maior notoriedade no mercado português, o que vem demonstrar que o trabalho dos últimos anos no mercado continental está a ter resultados muito significativos.

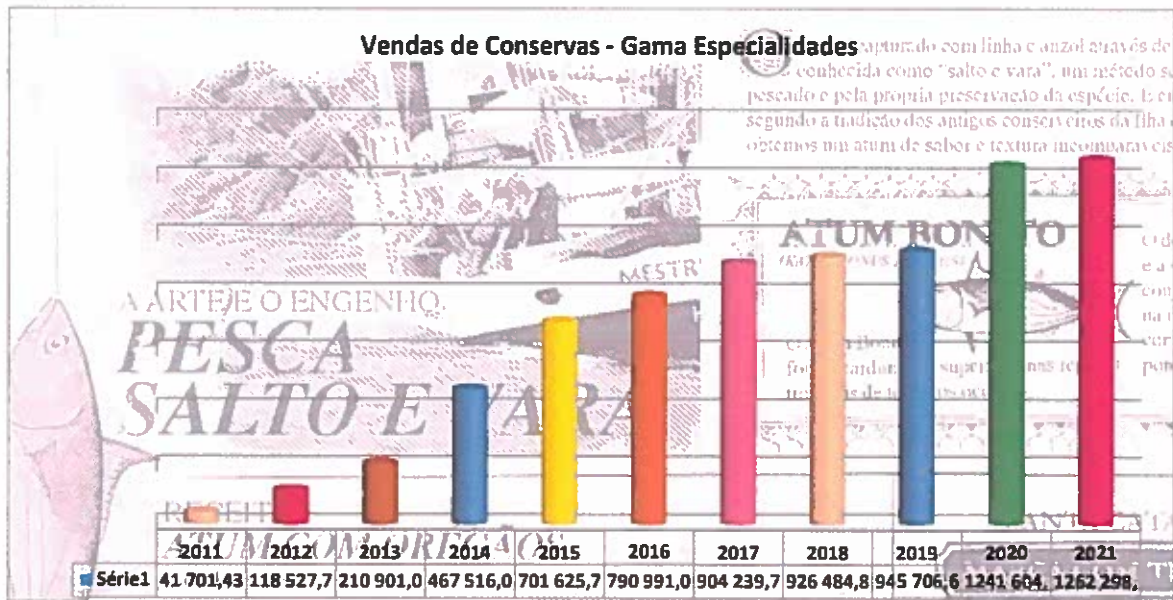
No final de 2020 é lançada a marca Mestre Saul que se vai situar na gama de produtos de valor acrescentado tal como as Especialidade de Santa Catarina. É um atum maturado em azeite com um tempo de espera no mínimo de 1 ano. É vendido sob o slogan: As coisas boas fazem-se esperar!





M
Jorge

EVOLUÇÃO DE VENDAS DA LINHA DE ESPECIALIDADES



As vendas desta linha têm crescido de forma consistente e sustentada desde que foi lançada e tornaram-se na imagem de referência da Santa Catarina e um produto âncora para as conservas da empresa. O lançamento desta gama foi uma aposta ganha sobretudo porque se trata do produto de maior valor acrescentado para a empresa.

Pretende-se reproduzir esta estratégia na nova marca Mestre Saul e com a Linha Biosfera onde se incluem os produtos Bio e Light.

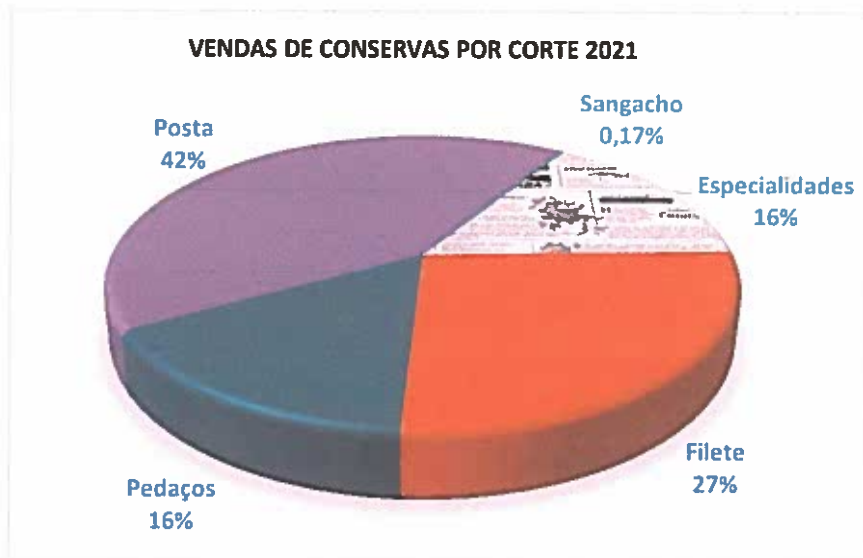
VENDAS DE CONSERVAS POR CORTE EM 2021

Em termos de valor, em 2021 o corte "Posta" representa a maior fatia do volume de vendas (42%). Os filetes viram o seu peso percentual voltar aos níveis de anos anteriores, representando este ano 27% do total do volume de vendas de conservas. As vendas de especialidades aumentaram 1,7%, relativamente ao volume do ano anterior, representando agora cerca de 16% das vendas da empresa. O peso relativo das vendas de pedacinhos caiu para 16% sendo que é neste corte que reside o maior desafio de vendas, uma vez que este corte é vendido pela competitividade de preço no mercado e não pela qualidade intrínseca do produto.

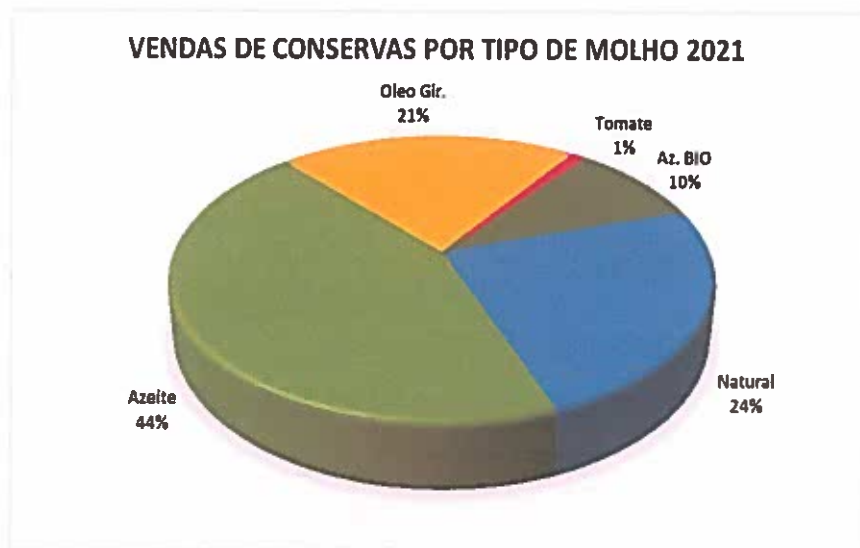
A afirmação da marca Santa Catarina e seu crescimento na venda de postas no mercado nacional está a permitir um maior equilíbrio nas vendas face à produção. As insígnias onde a Santa Catarina está presente, com a marca Santa Catarina e Bonito dos Açores, estão a manter um crescimento sustentado



e regular, o que demonstra que a estratégia está correta e deve ser mantida a fim de se continuar a consolidar a posição da empresa no mercado global.



VENDAS DE CONSERVAS POR TIPO DE MOLHO EM 2021



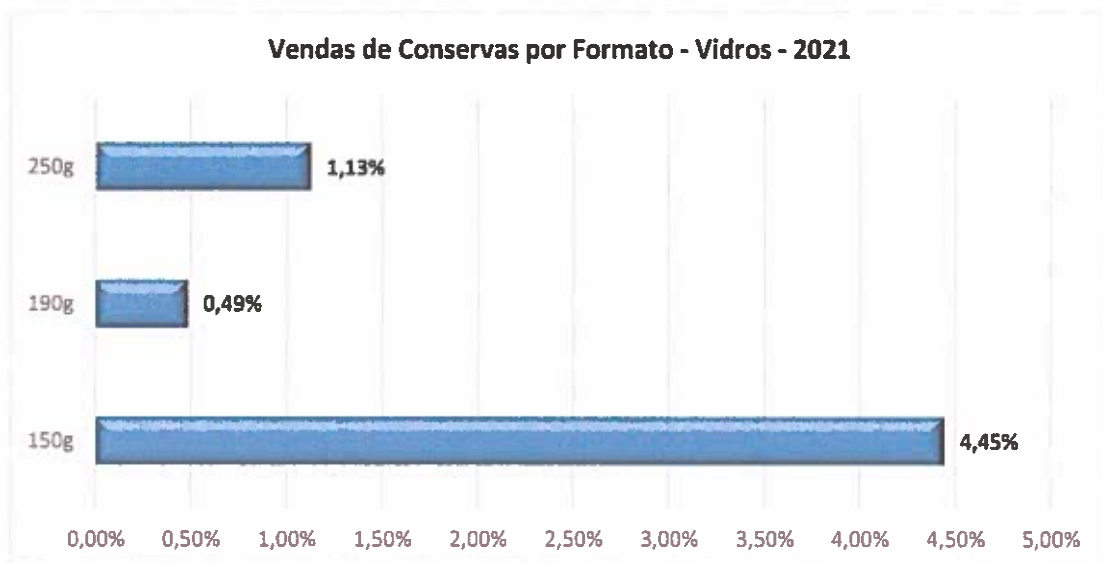
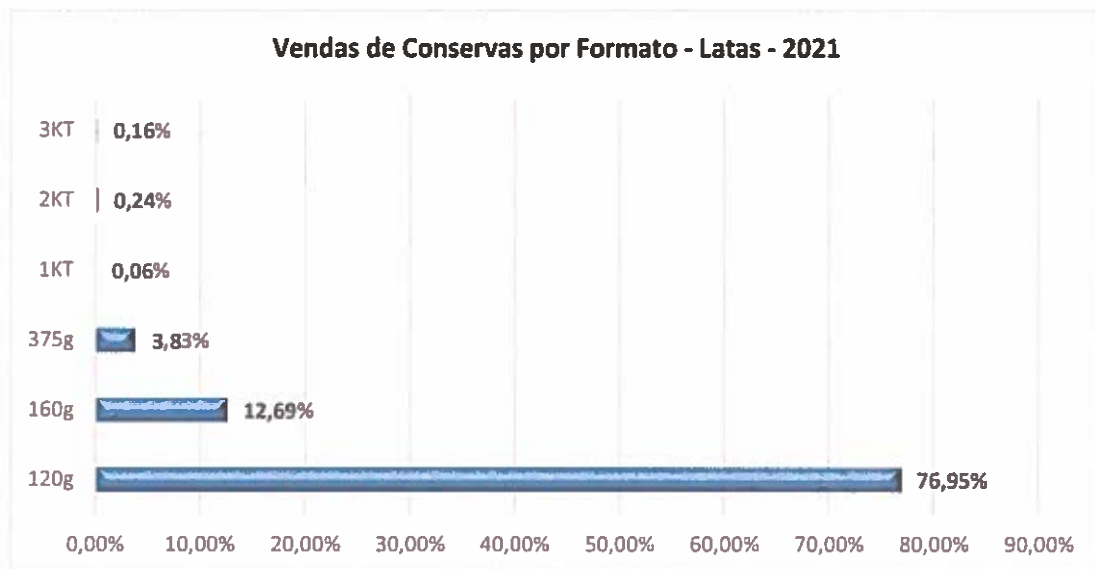
A tendência de crescimento do consumo de conservas ao natural é notória assim como o crescimento similar das conservas em azeite, e a queda a pique das conservas em óleo.



Existe atualmente uma reviravolta na antiga ordem da trilogia óleo/azeite/natural com a entrada de azeites e óleo de origem biológica certificada devido aos novos e mais saudáveis hábitos de consumo da população em geral. Hoje, a ordem da trilogia é a que o anterior gráfico reproduz: azeite/natural/óleo, com a entrada de um novo elemento, o Azeite de origem biológica e certificada, que já representa 10% nas vendas.

O consumo de conservas em azeite aumenta na proporção da queda das conservas em óleo, que ao longo dos anos têm vindo sempre a diminuir. As conservas em óleo são o produto de primeiro preço e a estratégia da Santa Catarina visa investir no crescimento do natural e do azeite, onde a margem comercial da empresa é superior.

VENDAS DE CONSERVAS POR FORMATO 2021





O formato mais vendido em 2021 foi o ¼ Club (120 g), com praticamente 77% do volume de vendas em valor, atingindo mais 13 p.p. do que no ano anterior. Este formato é o formato líder em Portugal; contudo por um lado é o formato onde há mais pressão nos preços, por outro, é o formato em que são vendidos os produtos de valor acrescentado, caso do filete e das Especialidades Santa Catarina.

As embalagens de vidro representam um total de 6% do nosso volume de vendas; estes formatos em vidro têm uma tendência de crescimento consistente sobretudo no mercado de exportação na Europa.

Em 2021, os chamados “formatos grandes”, com latas de 1 kg, 2 kg e 3 kg, estão claramente em declínio. A venda de formatos grandes “pandeiretas”, para o mercado italiano, tem uma tendência decrescente pois o mercado tradicional com venda à peça está em clara rota de colisão com o mercado de conveniência das grandes superfícies, onde a lata rainha é a de formato ¼ club, ou seja, a unidose.

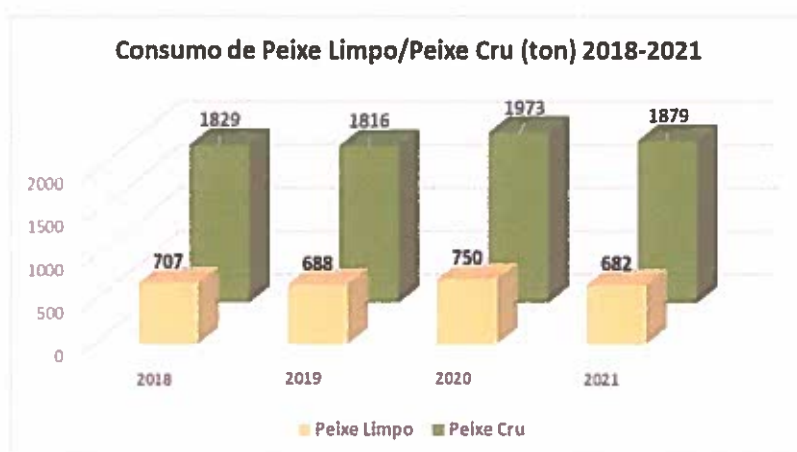
O formato redondo de 160g teve um crescimento muito significativo, sobretudo para o centro da europa e é uma aposta a manter, pois o poder de compra destes mercados é superior e é um formato em que a margem é claramente superior.

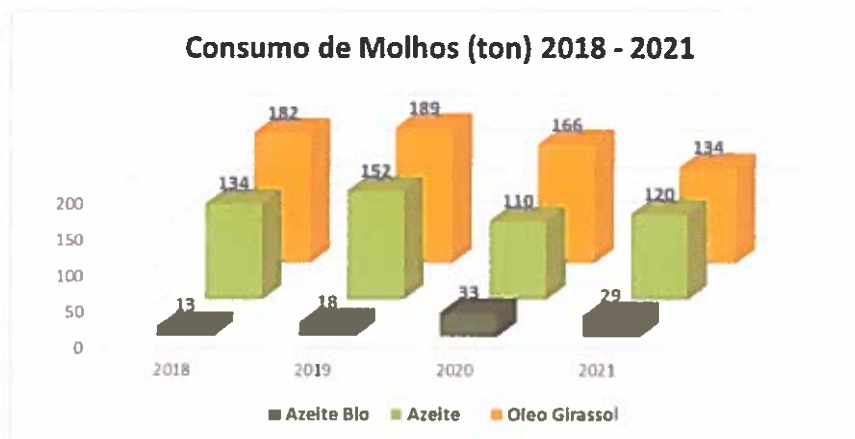
CONSUMOS

Em 2021 a fábrica teve um decréscimo de 9% do peixe laborado em relação ao anterior. De salientar que a produção esteve parada durante 4 semanas consecutivas (de 18 maio a 18 junho de 2021) para substituição integral de teto e telhado da Fábrica. Logo, seria de esperar uma quebra de consumo de peixe de 1/12 no total do ano.

O rendimento médio da limpeza manteve-se nos 36,5%. Este valor poderia ser maior se o pescado laborado fosse de maior dimensão; a safra de peixe fresco nos Açores que apesar de farta em 2021 caracterizou-se por peixe de pequenas dimensões o que implicou menores rendimentos.

Em relação aos molhos, comparando o ano de 2021 com o ano anterior, o consumo de azeite aumenta, embora o consumo de peixe diminua, mas as tendências de consumo assim o determinam; produziu-se menos conservas durante o ano, mas mesmo assim consumiu-se mais azeite e menos óleo. O azeite biológico tem uma queda relativa e condicionada à quebra de vendas sobretudo para UK.





INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2021, a empresa manteve os investimentos na manutenção e certificação da sua unidade industrial no referencial de qualidade IFS Food Version 6.1, com high Level 97,26% e ainda foi novamente revalidada a certificação *ECOCERT* (produção em modo biológico). Estas certificações implicam o permanente investimento na fábrica em manutenção de edifícios e equipamento, em formação de toda a população fabril e ainda a melhoria das condições de trabalho.

Uma fábrica que não investe na melhoria/atualização da sua maquinaria e na eficiência do seu processo produtivo, tende rapidamente a desatualizar-se e a ficar fora de mercado, em termos de competitividade.

Em 2021, também se certificou Santa Catarina na cadeia de custódia *MSC* (pela SGS) e ainda se obteve a certificação *Natureland* (referencial alemão). Todas estas certificações são fundamentais para entrada em mercados muito seletivos e exigentes caso do mercado Alemão e Norte da Europa. Também se apostou na certificação *Friend of the Sea*, concluída com êxito, sendo que este referencial é sobretudo exigido pelo mercado italiano.

Foi dada continuidade ao investimento na melhoria da capacidade de armazenagem, na compra de *racks*, tanto para o Armazém da Fábrica como uma extensão para o Armazém de Alverca e ainda o arrendamento de um pequeno armazém em São Jorge; alargou-se a todo o portfolio de 120g o investimento nas latas troncocónicas, que permitiram aumentar a capacidade de armazenagem e diminuir os custos de transporte destas latas.

Outro investimento iniciado já no ano anterior e continuado em 2021 foi a criação de um novo espaço de venda ao público, com loja para conservas, sala de formação e reuniões, na antiga residência do Mestre Conserveiro, que estava em vias de colapsar e que teve uma restauração dos antigos tetos em madeira.



mi
João
Glues

Este investimento, que tem por objetivo responder à procura turística, não teve ainda conclusão, estando concluído o trabalho de estrutura de tetos e paredes, faltando agora projeto de arquitetura para interiores e piso.

O grande investimento de 2021 foi a total substituição da cobertura da fábrica, que teve como revés de a paragem de um mês de paragem de produção.

Presentemente a fábrica precisa de investimentos mais elevados na melhoria da sua produtividade, das condições de laboração e do fluxo de produção. O sistema de frio está em fim de vida útil. O tanque de congelação, bem como parte dos compressores evaporadores, e outros equipamentos da rede de frio precisam de ser substituídos. E é essencial a construção de uma nova ETAR. Também estão previstos investimentos na área da eficiência e independência energética ao abrigo do PRR e ainda de uma caldeira a "pellets".

RECURSOS HUMANOS

O número de trabalhadores com vínculo à empresa, no final de dezembro de 2021, era de 134 e distribuíam-se da seguinte forma:

Departamento Administrativo/Financeiro	6
Serviços Administrativos	6
Departamento Comercial/Marketing/ Qualidade	10
Comercial	4
Marketing	1
Qualidade	5
Departamento Produção	118
Gestão/controlo Produção	5
Bosque	6
Fabrico	75
Embalamento e Armazenagem	20
Higiene e Limpeza	5
Manutenção	3
Custos comuns à Produção	4
TOTAL	134



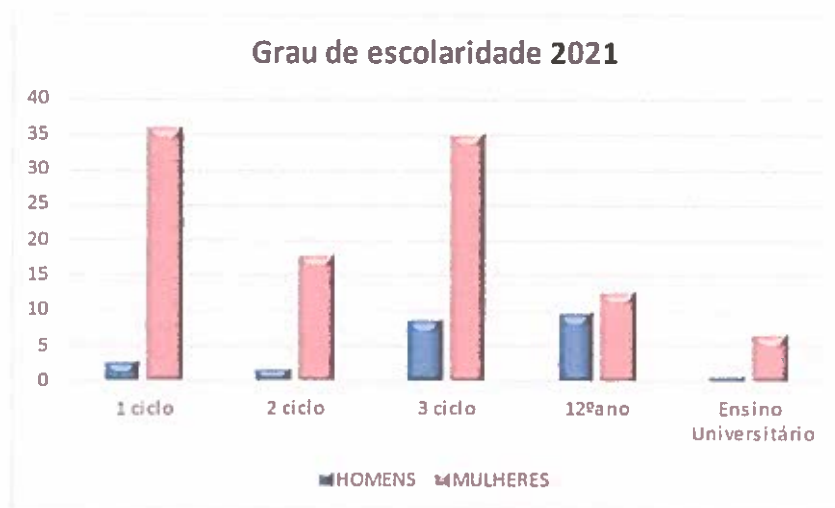
Em conformidade com a Resolução do Conselho do Governo n.º 289/2021, de 20 de dezembro de 2021, foi efetuado um concurso público internacional para a cessão da exploração da unidade fabril, com a possibilidade de exercício de opção de compra, no final do período de exploração, da totalidade das ações representativas do seu capital social, que está atualmente em processo de adjudicação final.

Nos termos das condições previstas no referido concurso público, pressupõe-se que a cessão de exploração da unidade fabril pelo prazo de dez anos, com início previsível no decorrer do primeiro semestre de 2022, e que poderá ser prorrogado por um período adicional de cinco anos, será efetuada nas exatas condições em que esta se encontra em termos operacionais e contratuais, compreendendo, portanto, todos os direitos e obrigações que lhe estejam associados, com exceção dos direitos de propriedade intelectual e, também, a assunção da posição contratual dos trabalhadores e dos prestadores de serviços afetos.

Em relação ao tipo de contrato repartem-se por:

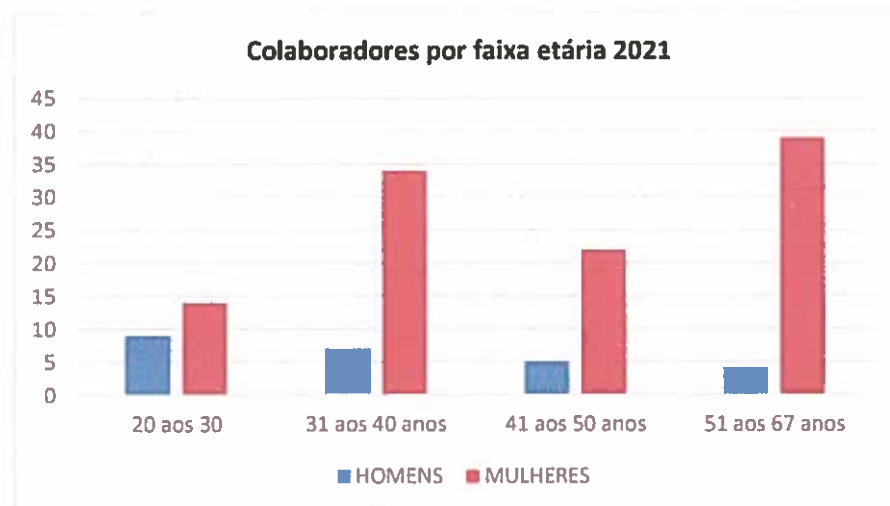


Os níveis de habilitações literárias dos colaboradores repartiam-se da seguinte forma:





A estrutura etária é a seguinte:



Durante o ano de 2021 houve algumas alterações ao plano de formação previsto, dado que diversas formações tiveram que ser canceladas ou adiadas devido às restrições impostas pela pandemia de Covid 19. Foram administradas algumas ações de formação, interna e externa, em várias temáticas, de acordo com o plano que se segue:

Problemas ou situações atuais ou previsíveis que podem ser ultrapassados com a Formação	Colaboradores a envolver na Formação			Ações de Formação para atingir os resultados esperados	Período do ano recomendável para a realização da Ação de Formação
	Funções	Nº Pessoas	Nº Horas		
Boas Práticas de Fabricação: Noções Básicas de Higiene e Manipulação em Produtos Alimentares e Higiene Pessoal.	Toda a população fabril, incluindo Produção, Armazéns, Laboratório, Manutenção e Armazéns.	130	6	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job"	De acordo com o Plano de Produção/Safra de Verão. A acordar com o responsável de Produção: PP Formadores: Marlene B./ MJB.
Higiene e Segurança no Trabalho Noções Gerais de H&ST transversais a toda a unidade fabril.	Toda a população fabril, incluindo Produção, Armazéns, Laboratório, Manutenção e Armazéns.	130	4	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job"	De acordo com o Plano de Produção/Safra de Verão. A acordar com o responsável de Produção: PP Formadores: Marlene B./ MJB
Higienização das Instalações: Como efetuar a higienização da fábrica no seu geral, incluindo a higienização de máquinas, equipamentos e utensílios. Garantir o cumprimento do plano de higiene.	Equipa de Limpeza; Encarregado de Área	5	8	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job"	De acordo com o Plano de Produção. A acordar com o responsável de Produção: PP Formadores: Marlene B./ MJB



Plano de Formação e Integração de novos Funcionários	Todos os novos Funcionários	Todos os novos Funcionários	4	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job" -Formação de Gestão de Alergénios -Reg. Interno de Higiene e disciplina pessoal c/base no Referencial IFS -Boas Praticas de Higiene e seg. no trabalho,	De acordo com a entrada de novos funcionários. Formadores: Marlene B./ MJB.
Plano de Formação e Integração de novos funcionários no departamento da Qualidade/Laboratório	Integração de novos funcionários para a secção da Qualidade/Laboratório	Novos funcionários	40	Formação Interna "Hands on job"	De acordo com a entrada de novos funcionários.
Mobilidade Interna e alteração de posto/função	Integração de funcionários numa nova função provisória ou definitiva	Os funcionários necessários conforme as necessidades da empresa	32	Formação Interna "Hands on job"	De acordo com as necessidades da empresa
Finanças para não financeiros	Departamento de gestão fabril, administração e departamento administrativo e financeiro	1+3	8+14	Formação externa	De acordo com as necessidades da empresa
Formação de manobrador de empilhador	Todos os novos funcionários de amazém, bosque e produção que conduzam empilhadores	6	16	Formação realizada por entidade formadora externa.	De acordo com a entrada de novos funcionários. Formador: Empresa Certificada para o efeito (ver logs de RH)
Formação monitorização de histamina: controlo do PCC histamina.	Responsáveis da Produção e CQ	6	8	Formação interna teórica e "On Job".	De acordo com o referencial IFS. Formadores: Marlene B./ MJB.
Formação Quebra de Vidros na Produção: controlo do PCC vidros partidos na zona de enchimento.	Operários responsáveis pelo enchimento de frascos de vidro, responsável de linha, Responsáveis da Produção e CQ	9	2	Formação interna Teórica e "On Job".	De acordo com o referencial IFS. Formadores: Marlene B./ MJB.
Formação de Cravação: controlo do PCC Cravação.	Operários responsáveis pela cravação, responsáveis da Produção e CQ	8	2	Formação interna teórica e "On Job".	De acordo com o referencial IFS. Formadores: Marlene B./ MJB.
Formação de esterilização: controlo do PCC esterilização.	Limpeza e desinfeção; Operário responsável pela esterilização, responsáveis da Produção e CQ	6	2	Formação interna Teórica e "On Job".	De acordo com o referencial IFS. Formadores: Marlene B./ MJB.



Formação de Fogueiro Condução de caldeiras e geradores a vapor	Departamento de manutenção	3	16	Formação realizada por entidade formadora externa.	De acordo com a legislação em vigor. Formador: Empresa certificada para o efeito
Formação Gestão de alérgenos: Sensibilização dos funcionários para a sua importância na segurança alimentar	Toda a população fabril, incluindo Produção, Armazéns, Laboratório, Manutenção e Armazéns.	120	1	Formação interna com exemplos retirados do dia a dia e dos produtos produzidos por Santa Catarina.	De acordo com a legislação em vigor. Formadores: Marlene B./ MJB.
	Funcionários da "sala dos molhos", cravação, esterilização, Responsáveis da Produção e CQ.	15	2	Formação interna com exemplos retirados do dia a dia e dos produtos produzidos por Santa Catarina.	De acordo com a legislação em vigor. Formadores: Marlene B./ MJB.
Formação em Primeiros socorros aplicação das medidas de primeiros socorros	Funcionários dos vários departamentos.	8	16	Formação realizada por entidade formadora externa.	De acordo com a legislação em vigor. Formador: Empresa certificada para o efeito
Primavera: aplicação da legislação em vigor em Recursos Humanos	Departamento R.H	2	8	Formação na plataforma e-learning	Conforme necessidades da empresa.
Codificação de lotes (FAO)	Todos os funcionários que criam os lotes, que faz controle de lotes e gestão de lotes	19	1	Formação interna	Conforme necessidades da empresa.
Limpeza de peixe	Produção	Sempre que se verifique necessário	8	Formação na produção "Hands on job".	Conforme necessidades da empresa. Formadora: Balbina Bento, Manuel Enes e Pedro Pessanha.
MPB- Modo de produção biológico	Todos os funcionários que produzem e controlam o processo de fabrico dos produtos biológicos.	8	1	Formação interna	De acordo com a certificação ECOCERT
Food Defense	Toda a população fabril, incluindo Produção, Armazéns, Laboratório, Manutenção e Armazéns.	130	2	Formação interna com exemplos retirados do dia a dia e dos produtos produzidos por Santa Catarina.	De acordo com a legislação em vigor. Formador: Marlene Brasil/Anabela Santos
Formação Monitorização de temperaturas: controlo de temperaturas ao longo do processo	Controlo de Qualidade	2	1	Formação interna teórica.	De acordo com o referencial IFS. Formadores: Marlene B./ MJB.
Bosque e Cozedura	Produção	2	1	Formação na produção "Hands on job".	Conforme necessidades da empresa. Formadores: Marlene B./ MJB.



Coronavírus	Funcionários dos vários departamentos.	140	30min	Formação interna	De acordo com as orientações da Direção regional da Saúde.
Webinar "O Impacto do Covi-19 nas Relações laborais- o que é o que era e o que há de vir!"	R.H	1	30min	Formação externa	Conforme a necessidade do funcionário
WEBINAR"O Impacto do COVID-19 Rel. Laborais Medidas extraordinárias.	R.H	1	3	Formação externa	Conforme necessidade do funcionário
Webinar "Gestão de stress e ansiedade na motivação emoções perturbadoras e motivação, qual a ligação?"	Dep. Comercial	1	30min	Formação externa	Conforme necessidade do funcionário
WEBINAR "Novos Problemas nos Negócios Internacionais devido a Pandemia	Dep. Comercial	1	30min	Formação externa	Conforme a necessidade do funcionário
WEBINAR "Comunicar mais, AGORA!	Dep. Comercial	1	30min	Formação externa	Conforme a necessidade do funcionário
WEBINAR "Gestão do Tempo? Eu tenho Tempo!	R.H	1	30min	Formação externa	Conforme a necessidade do funcionário
Webinar" Inteligência Emocional: Somos seres emocionais e circunstanciais"	R.H	1	30min	Formação externa	Conforme a necessidade do funcionário
Webinar" COVID-19- Equipamentos de Proteção"	Dep. Comercial	1	30min	Formação externa	Conforme a necessidade do funcionário
Webinar "Validação de Processos"	Dep. Qualidade	1	1	Formação externa	Conforme a necessidade do funcionário
Atendimento Técnicas de comunicação	Funcionários que atendem clientes e publico em geral.	3	25	Formação externa	Necessidade da empresa
Excel: Nivel avançado	Funcionários dos serviços administrativos e Qualidade	3	12	Formação externa	Necessidade da empresa
Excel: Nivel intermédio	Funcionários de apoio á gestão da produção e amazém	3	12	Formação externa	Necessidade da empresa



MARKETING E COMUNICAÇÃO

Este ano de 2021 houve severas restrições a eventos de divulgação e feiras dirigidas ao público e também no B2B. No entanto, para colmatar todos os cancelamentos de divulgação e dinamização de marca, Santa Catarina associou-se à campanha da ANICP de promoção do património gastronómico presente nas conservas portuguesas. A campanha seguiu o lema “Vamos conservar o que é nosso” e teve como propósito sensibilizar o público para os produtos da pesca e da aquicultura sustentáveis, apresentando as conservas enquanto exemplo distintivo de tradição e excelência da indústria e superioridade do peixe.

No 10º. Concurso Nacional de Conservas de Pescado Tradicionais, mais uma vez Santa Catarina ganhou o “Melhor dos Melhores 2021” – com o Filete de Atum em Azeite Biológico na apresentação em vidro 250g - e ainda 4 medalhas de Ouro: Mestre Saul em ambas as apresentações e ainda o mais premiado de todos os nossos produtos, o Filete de Atum com Molho Cru e o Melhor dos Melhores que além deste galardão também recebeu a Medalha de Ouro.

Em termos de Inovação, lançámos 2 novos produtos no mercado em 2021: uma extensão de gama de produtos de origem biológica: posta com tomate biológico e posta com óleo de girassol biológico. Este segmento de produtos biológicos percecionados pelos consumidores como mais saudáveis, mais naturais, é uma aposta ganhadora para crescimento consolidado de mercado sobretudo junto dos consumidores do futuro: os mais jovens.

QUALIDADE ALIMENTAR E AMBIENTAL

Apesar de 2021 ter sido um ano atípico, que impossibilitou a realização de auditorias, inspeções e visitas, no âmbito da qualidade e segurança alimentar, de acordo com o cronograma definido, Santa Catarina, mesmo assim, revalidou a sua certificação ECOCERT (produção em modo biológico), obteve a certificação *Natureland*, preparou para verificação remota toda a documentação para a certificação MSC, FOS (*Friend of the Sea*) e ainda levou a cabo, mais uma vez e com sucesso, a auditoria da revalidação IFS que se realizou in-loco por uma Auditora estrangeira dentro do âmbito do organismo certificador: a SGS.

Todos os objetivos de qualidade e segurança alimentar foram praticamente cumpridos na íntegra, com exceção das reclamações de consumidores (em cpm: reclamações recebidas por milhão de latas colocadas no mercado) relativas a Qualidade. Esta categoria de reclamações é basicamente devida à apresentação do produto na lata, visto que os consumidores têm um conceito de posta como um lombo inteiro na lata, o que não corresponde à realidade. As reclamações no âmbito da categoria “Qualidade” estão sempre relacionadas com expectativas não atingidas e não com a qualidade intrínseca do produto.



Todos os outros objetivos de qualidade e segurança alimentar foram atingidos com sucesso inclusive a área ambiental, em que a empresa se propôs reduzir o plástico em 50% nas embalagens dos seus produtos, em parceria de responsabilidade ambiental partilhada com os seus clientes *Orgânico Realfoods* e *Lidl* (ambos os clientes representam praticamente 1/3 do nosso volume de vendas). A eliminação do plástico nas embalagens destes dois clientes foi de 100%. Também foi feita a mudança para cartões certificados *FSC*, de modo a promover consistentemente a sustentabilidade ambiental em todas as embalagens.

As certificações abrem novos caminhos de consistência de qualidade e segurança alimentar, que se vêm juntar ao programa de sustentabilidade e desenvolvimento das marcas e produtos fabricados pela Santa Catarina.

As certificações, tanto na área de qualidade e segurança alimentar, como na área ambiental têm um reconhecimento e validação internacional que permite a criação de uma imagem de marca no sector alimentar, construindo a confiança dos clientes e consumidores, e abrindo caminho para novas oportunidades de mercado.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Concurso Público Internacional para a cessão de Exploração da Unidade Fabril de Santa Catarina com opção de compra

Através da Resolução do Conselho do Governo n.º 289/2021, de 20 de dezembro de 2021, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, 1.ª série, n.º 213, de 20 de dezembro (“Resolução do Conselho do Governo n.º 289/2021”), o Conselho de Governo autorizou a Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. e a Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., a lançar um Concurso Público Internacional para a cessão da exploração da unidade fabril de Santa Catarina, sita na ilha de São Jorge, com a possibilidade de exercício de opção de compra, no final do período de exploração, da totalidade das ações representativas do capital social da Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., detidas indiretamente, através da Lotaçor, S.A., pela Região Autónoma dos Açores (“Concurso Público Internacional”).

Foi também determinado, mediante a referida Resolução, que o processo de Concurso Público Internacional seria conduzido pela Lotaçor, S.A. – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. e pela Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A. e que o Presidente do Governo Regional ia constituir uma Comissão Especial de Acompanhamento do processo, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio, a qual tem o objetivo, as competências e o



processo de designação dos seus membros conforme consagrado para as comissões previstas no artigo 20.º da Lei n.º 11/90, de 5 de abril, na redação dada pela Lei n.º 50/2011, de 13 de setembro.

No decurso da Resolução do Conselho do Governo n.º 289/2021, foi proferido o Despacho n.º 2969/2021, de 27 de dezembro de 2021, da Presidência do Governo Regional, que aprovou a constituição da referida Comissão Especial de Acompanhamento e nomeou como seus membros o Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira, que preside, o Professor Doutor Flávio Gomes Borges Tiago, e o Dr. Francisco Roberto Cota Lima.

O referido Concurso Público Internacional foi lançado por anúncio publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2021/S 255-674890, de 31 de dezembro, no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, 2.ª série, n.º 257, de 29 de dezembro, com o n.º 465/2021, e no Diário da República, 2.ª série – Parte L, n.º 252, de 30 de dezembro, com o n.º 16355/2021, todos em 2021, tendo sido ainda publicados anúncios em jornais nacionais e regionais de grande circulação.

Os Conselhos de Administração da Lotaçor, S.A. – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. e da Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., em 30 de março de 2021, remeteram ao Governo Regional o processo completo do Concurso Público Internacional, tendo-se verificado que o prazo para apresentação das propostas terminou às 23h59 de Portugal Continental do passado dia 11 de fevereiro de 2022, tendo sido recebidas duas propostas.

Em cumprimento das regras concursais aprovadas e das regras legais aplicáveis, o Júri do Concurso Público Internacional procedeu à elaboração do Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas, tendo sido concedido o direito de audiência prévia aos concorrentes, e tendo sido proferido a final o Relatório Final de Avaliação das Propostas.

O Relatório Final de Avaliação das Propostas concluiu no sentido de adjudicação da proposta apresentada pelo Agrupamento Concorrente constituído por Rogério Paulo Veiros e por Freitasmar – Produtos Alimentares, S.A., por ser a proposta economicamente mais vantajosa, em função do modelo de avaliação das propostas aprovado no âmbito do Concurso Público Internacional.

Em 24 de março de 2022, a Comissão Especial de Acompanhamento do Processo do Concurso Público Internacional de Santa Catarina emitiu o seu Parecer concordante com as conclusões do Relatório Final de Avaliação das Propostas, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio, e no artigo 20.º da Lei n.º 11/90, de 5 de abril, na redação dada pela Lei n.º 50/2011, de 13 de setembro.



Em 30 de março de 2022, o Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. e o Conselho de Administração da Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A. aprovaram a proposta de adjudicação constante do Relatório Final de Avaliação das Propostas.

O ano de 2022 ficará marcado por todo este processo, prevendo-se que a entrega da fábrica ao concessionário ocorra até ao final do primeiro semestre.

Estamos na presente data a aguardar a apresentação dos documentos de habilitação e garantia bancária, com vista à assinatura do contrato.

No final de 2021, a dívida acumulada da empresa Santa Catarina era cerca de 27 milhões de euros. Essa dívida tem duas componentes: a primeira, dívida bancária, da ordem dos 7 milhões de euros. A segunda, empréstimos do acionista da Santa Catarina (a Lotaçor), superiores a 19,5 milhões de euros, reconhecidos no capital próprio da empresa. Numa primeira fase, o Governo Regional, por via do Despacho n.º 153/2022, de 7 de fevereiro, publicado em Jornal Oficial, procedeu à transferência para a Região da quase totalidade da dívida bancária da Santa Catarina. Foram excluídas desta operação apenas uma conta corrente e duas operações de leasing necessárias para garantir a continuidade do funcionamento da fábrica até estar concluído o processo em curso de concessão, por concurso público internacional, a uma entidade privada. Numa segunda fase, que se inicia em simultâneo com a conclusão deste concurso público, a Região dará continuidade à assunção da dívida da Santa Catarina perante a Lotaçor, cobrindo, deste modo, as perdas da Lotaçor. Para o efeito, o Governo Regional deverá assumir as responsabilidades financeiras da Lotaçor perante instituições bancárias no montante correspondente a 19,5 milhões euros, deduzidos do preço da proposta mais vantajosa apurada no concurso. O processo de saneamento financeiro em curso do grupo Lotaçor é iminente, quer para a Lotaçor como para a sua participada.

Conjuntura Externa

O ano de 2022 será tudo menos um ano fácil. Conta-se com uma destabilização das cotações do pescado no mercado internacional devido ao brutal aumento dos transportes devido aos combustíveis e energia e sobretudo falta de materiais de embalagem, tanto papel/cartão como embalagens metálicas.

O preço do cartão deverá aumentar face a um aumento da procura, sobretudo de um aumento exponencial da procura pelo mercado chinês.

A cotação do óleo alimentar também deverá subir, sendo que o óleo de girassol será escasso no mercado devido à recente guerra na Ucrânia com toda a disrupção social e agrícola que daí advém, uma vez que este país é o maior produtor de sementes e de óleo de girassol. Santa Catarina tem de se preparar para



fazer a transição para óleo de soja com todas as dificuldades operacionais daí inerentes: a soja é um alergénio e as latas litografadas têm impressa a qualidade e denominação do tipo de óleo utilizado na produção da conserva.

As grandes subidas de preço em 2022 serão especialmente significativas no material de embalagem metálico.

A folha de flandres devido à escassez do aço (a folha de flandres é um misto de aço e estanho) tem para o 1º semestre de 2022 um aumento de 55% face às últimas cotações de 2021 e por arrasto e especulação de mercado, a folha de alumínio um aumento de 28% face a 2021. Na tentativa de diminuição do impacto deste aumento brutal na folha de flandres, foi feita de imediato a transição de todas as litografias em FF para alumínio e todas as encomendas de lata “branca” a partir de janeiro de 2022 passam a ser em alumínio desde que esse formato seja produzido nesse elemento (as latas redondas de 160g, 375g e pandeiretas não são produzidas em alumínio, contudo o alumínio pode ser utilizado em 70% do nosso volume de negócios).

Um fator a ter muito em conta durante o ano de 2022 é a valorização de todos os resíduos da Fábrica tanto sólidos como líquidos. Estão encetadas conversações e testes para uma revalorização de resíduos de peixe que até agora estavam a ser vendidos apenas a 1 operador em Portugal Continental; também a valorização do resíduo líquido é fundamental para Santa Catarina em 2 vetores: valorização económica propriamente dita de algo que tem um impacto ambiental negativo e ainda o trabalho de diminuição de carga líquida poluente a descarregar na futura ETAR pois quanto mais carga se liberta numa ETAR mais custos de tratamento se incorrem.

Relativamente às vendas, pretende-se aumentar o volume de negócios, com o aumento de encomendas, acrescido de um aumento geral de preços da conserva num mínimo de 5%, pelo menos durante o 1º semestre de 2022. No segmento filete/especialidade, iremos dar sempre prioridade à conserva de especialidades, alterando a relação de volumes vendidos entre eles, pois as especialidades libertam uma margem superior à do filete. A nossa nova linha Bio & Light está já no mercado e irá também percorrer o seu caminho de afirmação e conquista da sua quota; será mais um facto diferenciador para a valorização das conservas Santa Catarina. A nova marca Mestre Saúl, que se estriou no El Corte Inglês Portugal, irá ser comercializada pela mesma cadeia em Espanha, tendo iniciado o seu processo de entrada no mercado com uma estratégia de não massificação, mas sim de afirmação como uma marca de excelência, que pretende ser o topo em conservas de atum.

A empresa precisa melhorar a sua capacidade negocial para poder comprar melhor e abastecer-se de forma mais eficiente. Também será necessária uma maior capacidade de aprovisionamento do peixe, com compra de pescado de Salto e Vara nos Açores, Madeira e outras paragens, para poder dar resposta à procura por este produto. Também terá de começar a aprovisionar atum MSC e ter os diferentes tipos de pescado para poder responder ao desafio, cada vez maior, da rastreabilidade, uma realidade incontornável do mercado.

São necessários investimentos na fábrica que permitam melhorar a eficiência de produção, que estão previstos no caderno de encargos como obrigações do adjudicatário, sobretudo ao nível das cravadeiras; também estão a ser iniciados trabalhos de desenvolvimento ao abrigo do PRR para a produção de



eletricidade através do investimento em painéis fotovoltaicos (este projeto vai diminuir de forma significativa a fatura energética da fábrica com todos os impactos ambientais positivos aqui inerentes) e ainda a aquisição de uma caldeira a *pellets*. Ambos os projetos de investimento são financiados praticamente a 100% na Região no âmbito do PRR.

Finalmente e apesar de todas as crises sociais, económicas e ambientais esperamos de 2022 seja um ano de crescimento do volume de vendas pelo facto das conservas de atum serem um dos produtos, com data de validade muito alargada, que costuma fazer parte do cabaz de compras da população em geral, em tempos de crise, tanto no mercado interno como externo.



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ANÁLISE DO BALANÇO

ATIVO

Rubricas	31-12-2021	31-12-2020
ATIVO:		
Ativo não corrente:		
Ativos fixos tangíveis	2 419 773,69	2 361 623,02
Ativos intangíveis	4 688,58	-
Outros investimentos financeiros	18 156,47	19 326,33
	2 442 618,74	2 380 949,35
Ativo corrente:		
Inventários	3 687 684,63	3 166 692,05
Clientes	1 892 621,96	1 650 389,15
Estado e outros entes públicos	199 078,13	209 318,29
Outros créditos a receber	829 191,73	580 547,89
Diferimentos	2 271,27	12 226,98
Caixa e depósitos bancários	515 905,09	136 065,52
	7 126 752,81	5 755 239,88
Total do Ativo	9 569 371,55	8 136 189,23

O ativo aumentou, em termos globais, 17,61%, face a 2020.

ATIVO NÃO CORRENTE

Esta rubrica aumentou em 2,59%, de 2020 para 2021, pelo facto de se ter feito algum investimento em aquisição de máquinas e feito algumas grandes reparações em equipamentos, a reabilitação do antigo escritório, para além da conclusão de algumas obras em curso, nomeadamente a substituição da cobertura da fábrica.

ATIVO CORRENTE

O ativo corrente aumentou 23,83%. Este aumento deveu-se essencialmente ao aumento dos depósitos bancários e ao acréscimo de proveitos relativo ao subsídio a receber do Poseima, cerca de 395 mil euros deveriam ter sido recebidos ainda em 2021, mas passaram para 2022. Houve também aumento do inventário e de clientes.



CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Rubricas	31-12-2021	31-12-2020
CAPITAL PRÓPRIO:		
Capital subscrito	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	19 520 729,04	17 370 729,04
Resultados transitados	(21 455 155,20)	(21 226 198,56)
Excedentes de revalorização	246 589,28	266 884,37
	<u>(1 637 836,88)</u>	<u>(3 538 585,15)</u>
Resultado líquido do período	(629 934,79)	(249 251,71)
Total do Capital Próprio	<u>(2 267 771,67)</u>	<u>(3 787 836,86)</u>
PASSIVO:		
Passivo não corrente:		
Estado e outros entes públicos	1 775 406,94	1 923 117,43
Financiamentos obtidos	-	4 897 134,24
Passivos por impostos diferidos	42 495,47	53 890,11
	<u>1 817 902,41</u>	<u>6 874 141,78</u>
Passivo corrente:		
Fornecedores	2 031 492,34	999 769,95
Estado e outros entes públicos	235 202,71	229 664,57
Financiamentos obtidos	7 054 425,94	2 932 436,85
Outras dívidas a pagar	698 119,82	888 012,94
	<u>10 019 240,81</u>	<u>5 049 884,31</u>
Total do Passivo	<u>11 837 143,22</u>	<u>11 924 026,09</u>
Total do Capital Próprio e do Passivo	<u>9 569 371,55</u>	<u>8 136 189,23</u>

CAPITAL PRÓPRIO

No ano de 2021 a Lotaçor reforçou os capitais próprios da Santa Catarina, no montante de 2 150 000,00 euros, passando o saldo da rubrica Instrumentos de capital próprio para 19 520 729,04 euros.

PASSIVO

O passivo, na sua globalidade, diminuiu apenas 0,73%. A rubrica de fornecedores duplicou de 2020 para 2021 devido essencialmente ao aumento dos fornecedores de peixe.

Passivo não Corrente

O passivo não corrente diminuiu 73,55% devido à reclassificação dos financiamentos de longo prazo para curto prazo atento a orientação de os mesmos serem transferidos para a Região Autónoma dos



Açores no início de 2022, no âmbito do procedimento concursal para a cessão da exploração da fábrica de SANTA CATARINA.

Passivo Corrente

Pelo mesmo motivo descrito no subcapítulo “Passivo não Corrente” anterior, o passivo corrente aumenta 98,41%, devido ao aumento dos empréstimos bancários e dos fornecedores.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	2021	2020
Vendas e serviços prestados	9 150 335,52	8 371 359,64
Subsídios à exploração	370 217,00	611 037,92
Variação nos inventários da produção	(420 389,38)	(207 956,29)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(5 909 986,12)	(5 421 829,44)
Fornecimentos e serviços externos	(1 153 288,91)	(868 492,94)
Gastos com o pessoal	(1 930 420,48)	(1 991 102,48)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	(100 000,00)	(130 000,00)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23 604,95	-
Outros rendimentos	44 798,86	24 684,35
Outros gastos	(143 515,12)	(143 297,38)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(68 643,68)	244 403,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(253 071,50)	(216 732,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(321 715,18)	27 671,09
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	(319 059,30)	(281 802,10)
Resultado antes de impostos	(640 774,48)	(254 131,01)
Imposto sobre o rendimento do período	10 839,69	4 879,30
Resultado líquido do período	(629 934,79)	(249 251,71)



hi
João

GASTOS E PERDAS

CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Conta	Descrição	2021	2020
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.		
6111	Mercadorias - cmvc	1 026 378,76	79 744,13
61211	Matérias primas - cmpvc	2 457 572,79	2 642 602,79
61216	Matérias primas - Lombos - cmpvc	229 284,53	296 411,54
61221	Matérias subsidiárias - cmpvc	589 807,78	505 849,31
61231	Embalagens de consumo - cmpvc	1 155 579,41	1 324 774,29
61241	Matérias Diversas - cmpvc	65 147,37	68 320,36
61251	Matérias BAR - cmpvc	1 949,40	3 303,52
61261	Despesas adicionais - cmpvc	384 266,08	500 823,50
61	Total de CMVMC	5 909 986,12	5 421 829,44

Há um grande aumento do custo da mercadoria vendida devido à safra de atum em 2021, que não é comparável aos outros anos, SANTA CATARINA comprou e vendeu mais de 1 milhão de euros de peixe sem transformação.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços externos tiveram um aumento em 2021, sobretudo pelo aumento do transporte do peixe vendido e pelo aumento na rubrica de Publicidade e Propaganda, este devido a uma reclassificação de documentos que habitualmente estavam classificados para descontos de vendas (campanhas publicitárias nas grandes superfícies) e passaram para publicidade.

As “Deslocações, estadas e transportes” representaram 39% dos fornecimentos e serviços externos, sendo que os transportes representam 85% do total, devido à localização da fábrica e operação logística necessária para colocar os produtos no mercado, e o transporte dos colaboradores para o local de trabalho, que representa um custo elevado, mas que é também um investimento na captação de boa mão-de-obra, e no rendimento indireto dos nossos colaboradores. A energia e fluídos representa 9% dos FSE; este é um aspeto onde o investimento torna-se essencial e poderá ser um fator de melhoria da competitividade da nossa unidade industrial, recorrendo a novas formas de energia.



Conta	Descrição	2021	2020
6221	Trabalhos Especializados	107 155,74	88 028,52
6222	Publicidade e Propaganda	233 531,26	60 217,14
6223	Vigilância e Segurança	120,00	120,00
6224	Honorários	5 848,75	14 417,80
6225	Comissões	32 715,83	22 676,19
6226	Conservação e Reparação	33 075,18	52 672,02
6227	Serviços Bancários	55 552,08	69 842,82
6228	Outros Serviços Especializados	27 715,51	-62,95
622	Sub Total - Serviços Especializaods	495 714,35	307 911,54
6231	Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	18 027,82	25 877,69
6233	Material de Escritório	3 622,61	5 108,63
6235	Material publicitário	3 278,97	6 899,50
623X	Outros Materiais	7 300,36	5 453,36
623	Sub Total - Materiais	32 229,76	43 339,18
6241	Electricidade	76 264,53	75 272,70
6242	Combustíveis	7 076,89	7 254,23
6243	Água	18 689,67	18 840,45
624X	Outras Energias e Fluidos	63,39	47,60
624	Sub Total - Energia e Fluidos	102 094,48	101 414,98
6251	Deslocações e Estadas	22 700,83	13 773,66
6252	Transportes de Pessoal	44 827,00	47 665,46
6253	Transportes de Mercadorias	387 730,40	298 272,12
625	Sub Total - Deslocações, Estadas e Transportes	455 258,23	359 711,24
6261	Rendas e Alugueres	5 917,24	1 792,19
6262	Comunicação	7 934,52	10 914,56
6263	Seguros	21 195,42	17 097,96
6265	Contencioso e Notariado	707,27	1 554,84
6266	Despesas de Representação	2 110,15	1 322,49
6267	Limpeza Higiene e Conforto	27 637,49	22 893,71
626X	Outros Serviços Diversos	2 490,00	540,25
626	Sub Total - Serviços Diversos	67 992,09	56 116,00
62	Total - Forn e Serv Externos	1 153 288,91	868 492,94



GASTOS COM O PESSOAL

Conta	Descrição	2021	2020
	Gastos com Pessoal		
631	Remunerações Órgãos Sociais	68 592,46	117 388,22
632	Remunerações do Pessoal	1 440 857,70	1 447 721,00
634	Indemnizações	15 993,28	1 342,41
635	Encargos sobre Remunerações	340 759,68	348 441,06
636	Seguros de Acidentes Pessoais e doenças prof	42 216,73	48 065,37
637	Gastos de ação social	795,27	2 700,00
638	Outros Gastos com Pessoal	21 205,36	25 444,42
63	Total de Gastos com Pessoal	1 930 420,48	1 991 102,48

Os gastos com pessoal, em termos reais, diminuíram relativamente ao ano transato, essencialmente devido à diminuição das Remunerações dos Órgãos Sociais. Em setembro de 2021 tomou posse nova Administração cujos elementos não são remunerados.

GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Em 2021 fez-se a substituição da cobertura da fábrica, um investimento de cerca de 343 mil euros, que implicou a paragem da produção durante um mês.

OUTROS GASTOS E PERDAS

Foram registadas perdas no valor de 143 515,12 euros, cujos principais itens são referentes aos juros de mora (49 036,62€), impostos (31 049,67€), ofertas e amostras de inventários (20 780,79€), descontos de pronto pagamento (18 725,92€), encargos com descontos de letras (13 293,87€), quotizações (7 853,80€).

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO

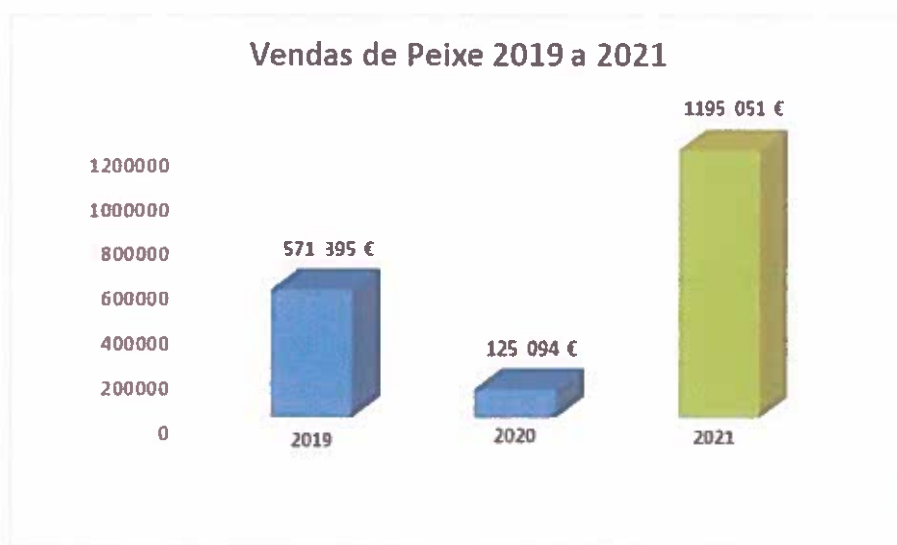
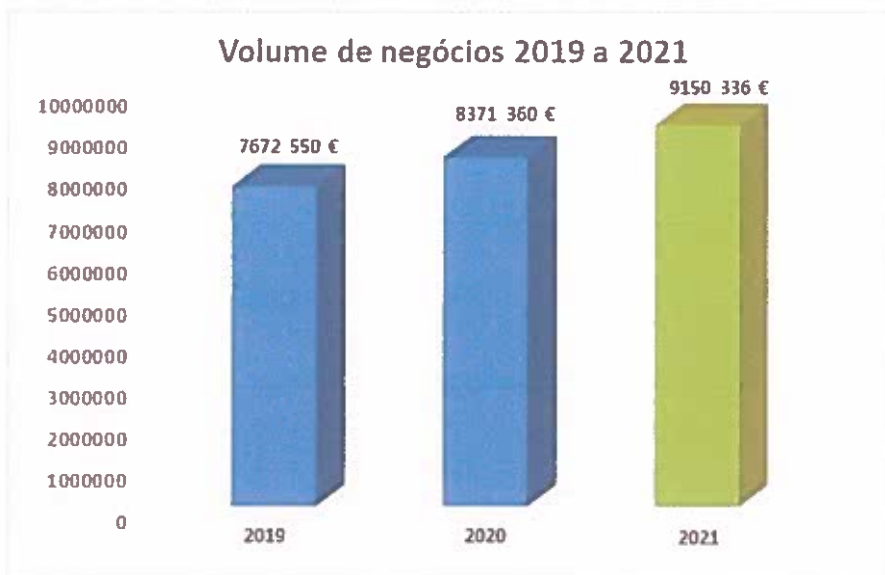
O valor gasto nesta rubrica aumentou cerca de 38 mil euros, em relação a 2020. Em 2021 o seu peso relativo em relação ao volume de negócio é de 3,5% enquanto no ano anterior era de 4,2%.

Este aumento deve-se à maior utilização das linhas de crédito.



RENDIMENTOS E GANHOS

VENDAS



Como demonstram os gráficos, houve uma grande subida do volume de negócios, mas devido à grande safra de atum de 2021, o que implicou para a SANTA CATARINA vendas de peixe no montante de 1 195 051 euros, e um pequeno decréscimo nas vendas de latas.



DESCONTOS E ABATIMENTOS



Os descontos e abatimentos diminuíram de 392 para 127 mil euros, em 2021, devido à reclassificação de 223 531 euros da rubrica de descontos e abatimentos para publicidade, por se considerar que alguns descontos contratualizados com as grandes superfícies deveriam ser considerados publicidade.

SUBSÍDIOS

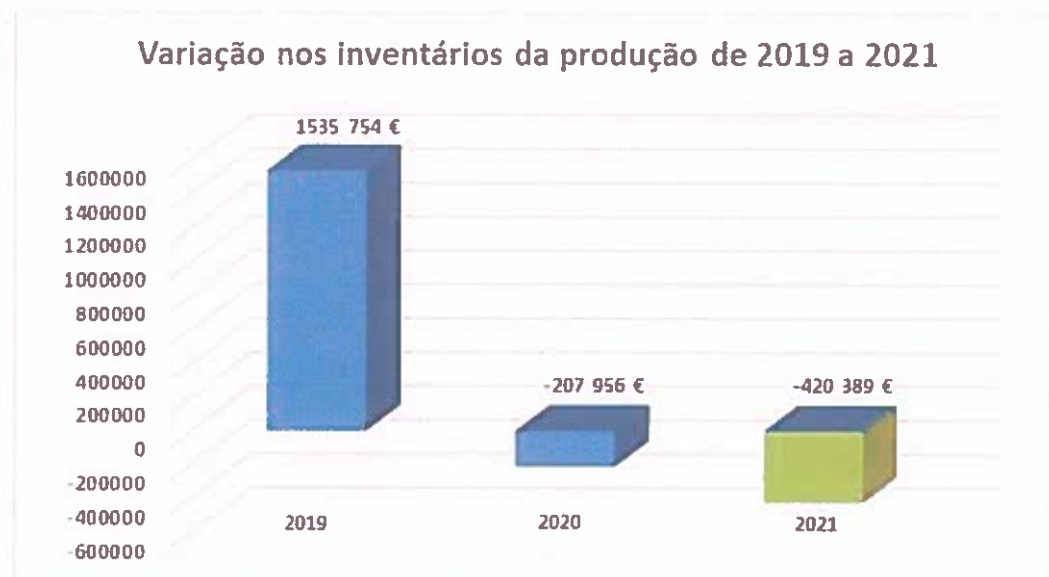




Do valor total de subsídios 355 817 euros, dizem respeito ao POSEIMA e 14 400 euros, são relativos ao subsídio do Programa MEET (Medida Extraordinária de Estabilização de Trabalhadores).

Os apoios no âmbito das ajudas à produção nomeadamente “Poseima” tiveram um decréscimo, em virtude de em 2021 não se aplicar a Portaria 151/2020 que aprovou o regime de compensação dos custos suplementares para os produtos de pesca da Região Autónoma dos Açores para 2019 e 2020.

VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO



O stock de produto acabado numa fábrica de conservas deve ser no mínimo de 3 meses de vendas, por várias razões, nomeadamente porque o produto deve estagiar algum tempo em armazém, a empresa deve ter reservas de produto para responder à sazonalidade das vendas, que crescem no verão e baixam no inverno, e porque uma empresa que possui contratos de abastecimento com cadeias de distribuição é penalizada em caso de falhas de serviço.

Em 2019, conseguimos aumentar a produção no decorrer do segundo semestre, voltando a equilibrar os stocks de produto acabado. Em 2021 conseguimos uma gestão equilibrada da produção face às vendas, e tivemos uma maior redução do produto acabado por consequência da paragem da produção durante um mês, em que se continuou a vender o stock.



RESULTADOS

	2019	2020	2021
EBITDA	71 858,80	244 403,38	(68 643,68)
EBIT	(136 134,14)	27 671,09	(321 715,18)
Resultado Líquido	(447 821,84)	(249 251,71)	(629 934,79)

Os resultados de 2021, em relação ao ano anterior, pioraram significativamente, porque as vendas de produto em lata não acompanharam o crescimento dos anos anteriores, bem como, devido ao efeito da contabilização de subsídios à Exploração (Poseima).

A decisão do Conselho de Administração que cessou funções em final de agosto de 2021 de venda de pescado inteiro (bonito) congelado armazenado no Entreposto Frigorífico da Madalena (Pico), originou pedidos de descontos e devoluções posteriores, que foram negociados já pela presente Administração, com o apoio e assessoria de auditores certificados, com vista a uma resolução equitativa dos diferendos com o cliente e redução dos danos para a empresa. Não obstante os esforços empregues, a necessidade de aplicação destes descontos e da devolução parcial do peixe incrementou os gastos da empresa, contribuindo por essa via para a degradação dos resultados em cerca de 77 mil euros.

Em abril de 2022 obteve-se a informação que o valor do apoio, as regras e as condições de elegibilidade do (Poseima) para 2021 serão semelhantes ao regime que foi aprovado pela Portaria 151/2020, o que implicaria um aumento de subsídios estimado em 85 mil euros para o ano de 2021.



INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores financeiros	Target 2021
Eficiência e atividade	
EBITDA / Custos operacionais	-0,72%
EBITDA / Custos com pessoal	-3,56%
Prazo médio pagamentos	91,28
Prazo médio recebimentos	75,50
Endividamento	
Gastos de financiamento / dívida financeira	4,52%
Rentabilidade e crescimento	
EBTIDA	(68 643,68)
Proveitos	
EBITDA / Proveitos	-0,72%
Resultados	
Resultados antes de impostos	(640 774,48)
Resultado Líquido do período	(629 934,79)
Outros indicadores financeiros	
Autonomia financeira	-23,70%
Solvabilidade	-19,16%



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Dando cumprimento às disposições legais e em conformidade com o artigo n.º 11 dos estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido de 2021, no montante negativo de 629.934,79 euros (seiscentos e vinte nove mil, novecentos e trinta e quatro euros e setenta e nove cêntimos) seja levado a resultados transitados.

De acordo com o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, o atual Conselho de Administração informa que metade do capital social se encontra perdido, pelo que a este propósito deverá ser adotada uma das medidas recomendadas nesse artigo, o que é indispensável para assegurar uma situação patrimonial equilibrada da empresa.

Os capitais próprios são negativos em 2.273.921,74 euros em 31 de dezembro de 2021, os quais contemplam 19.520.729,04 euros, sob a forma de prestações acessórias do acionista único.

Calheta, 21 de abril de 2022.

O Conselho de Administração,

(Catarina de Lacerda Martins)

(Simão Pedro Ferreira Cabral Neves)

(Vassili Plesov)



AGRADECIMENTOS

O conselho de administração presta os seus inefáveis agradecimentos:

- A todos os funcionários pelo esforço e dedicação e evolução são peças fundamentais do projeto Santa Catarina, não só para a Ilha de São Jorge, como também para toda a Região;
- Às Instituições Financeiras que têm apoiado Santa Catarina, cuja colaboração e acompanhamento têm sido fundamentais, na atual conjuntura económica e financeira;
- A todos os clientes de um modo geral, pela colaboração e fidelização que têm disponibilizado à empresa;
- A todos os fornecedores e aos armadores regionais por toda a compreensão e confiança, e por acreditarem na retoma e recuperação da empresa.

E por último gostaríamos de manifestar a nossa confiança no futuro desta empresa, na continuidade do fabrico de conservas de qualidade, que continue a dignificar a imagem das conservas açorianas e que continue a levar a palavra Açores aos quatro cantos do mundo!

Calheta, 21 de abril de 2022.

O Conselho de Administração,

(Catarina de Lacerda Martins)

(Simão Pedro Ferreira Cabral Neves)

(Vassili Plesov)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31-12-2021	31-12-2020
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	2 419 773,69	2 361 623,02
Ativos intangíveis	8	4 688,58	-
Outros investimentos financeiros	9	18 156,47	19 326,33
		2 442 618,74	2 380 949,35
Ativo corrente:			
Inventários	10	3 687 684,63	3 166 692,05
Clientes	11	1 892 621,96	1 650 389,15
Estado e outros entes públicos	12	199 078,13	209 318,29
Outros créditos a receber	11	829 191,73	580 547,89
Diferimentos	13	2 271,27	12 226,98
Caixa e depósitos bancários	4	515 905,09	136 065,52
		7 126 752,81	5 755 239,88
Total do Ativo		9 569 371,55	8 136 189,23
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	6 e 14	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	6 e 14	19 520 729,04	17 370 729,04
Resultados transitados	14	(21 455 155,20)	(21 226 198,56)
Excedentes de revalorização	7 e 14	246 589,28	266 884,37
		(1 637 836,88)	(3 538 585,15)
Resultado líquido do período		(629 934,79)	(249 251,71)
Total do Capital Próprio		(2 267 771,67)	(3 787 836,86)
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Estado e outros entes públicos	12	1 775 406,94	1 923 117,43
Financiamentos obtidos	17	-	4 897 134,24
Passivos por impostos diferidos	15	42 495,47	53 890,11
		1 817 902,41	6 874 141,78
Passivo corrente:			
Fornecedores	16	2 031 492,34	999 769,95
Estado e outros entes públicos	12	235 202,71	229 664,57
Financiamentos obtidos	17	7 054 425,94	2 932 436,85
Outras dívidas a pagar	16	698 119,82	888 012,94
		10 019 240,81	5 049 884,31
Total do Passivo		11 837 143,22	11 924 026,09
Total do Capital Próprio e do Passivo		9 569 371,55	8 136 189,23

Contabilista Certificado

Lúcia Eves
Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A.

Relatório e Contas 2021

O Conselho de Administração

Amador *Jesus*

Pág. 44



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	18	9 150 335,52	8 371 359,64
Subsídios à exploração	19	370 217,00	611 037,92
Variação nos inventários da produção	10	(420 389,38)	(207 956,29)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(5 909 986,12)	(5 421 829,44)
Fornecimentos e serviços externos	20	(1 153 288,91)	(868 492,94)
Gastos com o pessoal	21	(1 930 420,48)	(1 991 102,48)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(100 000,00)	(130 000,00)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	23 604,95	-
Outros rendimentos	22	44 798,86	24 684,35
Outros gastos	23	(143 515,12)	(143 297,38)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(68 643,68)	244 403,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(253 071,50)	(216 732,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(321 715,18)	27 671,09
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	24	(319 059,30)	(281 802,10)
Resultado antes de impostos		(640 774,48)	(254 131,01)
Imposto sobre o rendimento do período	12	10 839,69	4 879,30
Resultado líquido do período		(629 934,79)	(249 251,71)

Contabilista Certificado

Lúcia Eves

O Conselho de Administração

Luís Simões Eves



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2021 e 2020

Rubricas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSICÃO EM 01-01-2020	14 60 000,00	14 920 729,04	(20 819 429,78)	286 626,28	(447 821,84)	(5 999 897,30)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					447 821,84	-
Aplicação dos resultados			(447 821,84)			
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis			35 748,28	(35 748,28)		
Ajustamentos por impostos diferidos			(6 005,38)	6 005,38		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			11 312,15			11 312,15
	-	-	(406 768,78)	(29 740,91)	447 821,84	11 312,15
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(249 251,71)	(249 251,71)
RESULTADO INTEGRAL					(249 251,71)	(249 251,71)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Outras operações		2 450 000,00				2 450 000,00
	-	2 450 000,00				2 450 000,00
POSICÃO NO FIM DE 31-12-2020	14 60 000,00	17 370 729,04	(21 226 199,56)	266 884,37	(249 251,71)	(3 787 836,86)
POSICÃO EM 01-01-2021	14 60 000,00	17 370 729,04	(21 226 199,56)	266 884,37	(249 251,71)	(3 787 836,86)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					249 251,71	-
Aplicação dos resultados			(249 251,71)			
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis			31 889,75	(31 889,75)		
Ajustamentos por impostos diferidos			(5 323,88)	5 323,88		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			(222 885,86)	(26 365,87)		
	-	-	(222 885,86)	(26 365,87)	249 251,71	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(629 934,79)	(629 934,79)
RESULTADO INTEGRAL					(629 934,79)	(629 934,79)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Outras operações		2 150 000,00				2 150 000,00
	-	2 150 000,00				2 150 000,00
POSICÃO NO FIM DE 31-12-2021	14 60 000,00	19 520 729,04	(21 449 084,42)	240 518,60	(629 934,79)	(2 267 771,67)

Contabilista Certificado,

Luís Carlos

O Conselho de Administração,

Luís Carlos



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		8 993 090,87	8 511 270,56
Pagamentos a fornecedores		(7 520 799,46)	(8 471 605,33)
Pagamentos ao pessoal		(1 982 118,75)	(2 017 298,44)
Caixa gerada pelas operações		(509 827,34)	(1 977 633,21)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 126,08)	(750,60)
Outros recebimentos/pagamentos		213 608,19	133 442,98
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(297 345,23)	(1 844 940,83)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(314 798,70)	(302 580,32)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(314 798,70)	(302 580,32)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		7 895 793,80	534 952,88
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		2 150 000,00	2 450 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(8 768 367,16)	(610 501,28)
Juros e gastos similares		(302 050,73)	(164 503,70)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		975 375,91	2 209 947,90
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		363 231,98	62 426,75
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	132 217,40	69 790,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	495 449,38	132 217,40

Contabilista Certificado

Júlia Eves

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

01 – Introdução

SANTA CATARINA – Indústria Conserveira, S.A., abreviadamente designada por SANTA CATARINA, constituída a 28 de abril de 1995, tem como objeto a produção e comercialização de conservas, bem como a aquisição, importação e exportação de quaisquer produtos alimentares, frescos ou congelados, consubstanciado ou não matéria-prima para a sua atividade e, também, a comparticipação, aquisição ou fretamento de embarcações.

Em 20 de janeiro de 2009, a LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. adquiriu 67 534 542 ações representativas de 99,73% do capital social pelo valor de um cêntimo.

Em 29 de abril de 2013, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Santa Catarina, S.A. seguida de um aumento de capital social para 50.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a LOTAÇOR passou a deter a totalidade do capital social.

O capital social da SANTA CATARINA é representado em 5 000 000 ações nominativas com valor nominal de 1 cêntimo, cada uma.

Em conformidade com a Resolução do Conselho do Governo n.º 289/2021, de 20 de dezembro de 2021, procedeu-se à realização de um concurso público internacional para a cessão da exploração da unidade fabril explorada pela Entidade, com a possibilidade de exercício de opção de compra, no final do período de exploração, da totalidade das ações representativas do seu capital social, que está atualmente em processo de adjudicação final.

Nos termos das condições previstas no referido concurso público, pressupõe-se que a cessão de exploração da unidade fabril ocorra pelo prazo de dez anos, com início previsível para abril de 2022, e que poderá ser prorrogado por um período adicional de cinco anos, será efetuada nas exatas condições em que esta se encontra em termos operacionais e contratuais, compreendendo, portanto, todos os direitos e obrigações que lhe estejam associados, com exceção dos direitos de propriedade intelectual e, também, a assunção da posição contratual dos trabalhadores e dos prestadores de serviços afetos.

Com a assunção da gestão, organização e direção técnica, comercial e administrativa da unidade fabril, o cessionário pagará uma renda anual fixa em valor igual ou superior a duzentos e seis mil euros no



primeiro ano, e em valor igual ou superior a cento e cinquenta e seis mil euros a partir do segundo ano, sofrendo estas ainda as atualizações anuais aplicáveis com base nos coeficientes de aumento de rendas não habitacionais e suportará todos os gastos relacionados com os consumos de eletricidade, gás e água. Adicionalmente, será também liquidada uma renda anual variável calculada na base de cinco por cento sobre os resultados operacionais anuais, com o limite mínimo de cinquenta mil euros. O pagamento da primeira renda anual deverá ocorrer com a assinatura do contrato, vencendo-se as rendas anuais subsequentes (fixas e variáveis) no dia primeiro dia útil do mês de abril do ano a que respeitarem.

O cessionário poderá exercer o direito de opção de compra da totalidade das ações representativas do capital social da SANTA CATARINA através do pagamento de uma caução provisória e sujeitando-se a sua indisponibilidade pelo prazo de cinco anos, a contar da data da celebração do contrato de compra e venda. Para garantir o exercício integral do direito de opção de compra, procederá ao pagamento do preço de transmissão que não será inferior a 4 285 000,00 euros e atualizado com base nos coeficientes de aumento de rendas não habitacionais.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 15 de abril de 2022.

É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SANTA CATARINA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela Entidade-mãe, pelo método da consolidação integral.

SANTA CATARINA rege-se pelo seu Estatuto e pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições do Governo Regional relacionadas com a sua atividade.



02 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

03 – Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

A Administração procedeu à avaliação da Empresa operar em continuidade, tendo presente que está em processo de finalização o concurso público de cessão de exploração da unidade fabril pelo período de dez anos, com a possibilidade de exercício de opção de compra, no final do período de exploração, da totalidade das ações representativas do seu capital social e de que o passivo total será reduzido em aproximadamente 6,6 milhões de euros através da assunção de parte da dívida bancária pela Região Autónoma dos Açores.



b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, exceto os adquiridos antes de 2012 que se encontram mensurados pelo custo de aquisição reavaliado, o qual inclui o custo da compra, os impostos de compra não reembolsáveis e quaisquer custos diretamente necessários para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, enquanto as despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos e de acordo com o regime do acréscimo.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. A SANTA CATARINA deprecia os seus ativos de acordo com a melhor estimativa de vida útil para cada bem ou grupo de bens.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4 - 18
Equipamento administrativo	3 - 12
Outros activos fixos tangíveis	3 - 20

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica



“Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo, qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

c) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas contabilísticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



Santa
Catarina
S. Jorge · Açores



d) Ativos intangíveis

A SANTA CATARINA reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a SANTA CATARINA e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela SANTA CATARINA necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

e) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da SANTA CATARINA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos de venda e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão das perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.



Santa
Catarina
S. Jorge - Açores

f) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade.

g) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual).

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo estimado de produção, que inclui, para além das matérias e mão-de-obra aplicados, os gastos gerais industriais.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos que se preveem necessários para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é reposta quando deixam de existir as condições que a originaram.

As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são registadas na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.

h) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a SANTA CATARINA se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.



Cientes e outras contas a receber

Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de *'factoring sem recurso'*, são relevadas nas demonstrações financeiras da SANTA CATARINA até ao momento do seu recebimento.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e depósitos bancários

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Fornecedores

Os saldos de Fornecedores são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere substancialmente do seu valor nominal.



Os encargos financeiros incorridos com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis incorridos até à data em que ficam disponíveis para a utilização são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

Em conformidade com o Despacho n.º 153/2022, de 7 de fevereiro da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, a Região Autónoma dos Açores assumiu uma parte significativa da dívida bancária existente em 31 de dezembro de 2021.

Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e Outras contas a pagar são geralmente registadas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.



Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A SANTA CATARINA desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A SANTA CATARINA desreconhece passivos financeiros apenas quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

i) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

j) Periodização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

k) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:



- A SANTA CATARINA tenha transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens;
- A SANTA CATARINA não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos,
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a SANTA CATARINA; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com a prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a SANTA CATARINNA;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possa ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de mercadorias ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a SANTA CATARINNA e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



l) Subsídios

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a SANTA CATARINA cumprirá as condições contratualmente assumidas, e que o mesmo será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à SANTA CATARINA sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

m) Benefícios dos empregados

A SANTA CATARINA reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.



Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

n) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das operações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.



p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

q) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

r) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

s) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.



A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês de entrada em funcionamento do ativo. A SANTA CATARINA faz uma revisão à vida útil e ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

Em conformidade com o concurso público internacional referido na nota 1 do anexo, a exploração da unidade fabril será cedida por um período de 10 anos, com início previsto para meados de abril de 2022, havendo a possibilidade do cessionário exercer o direito de opção de compra da totalidade das ações representativas do capital social após esse período de exploração.

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da SANTA CATARINA.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela SANTA CATARINA da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade



dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Imparidade dos inventários

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efetuada pela SANTA CATARINA do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efetuar a sua venda. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos inventários face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Nos termos do concurso publico internacional mencionado na nota 1 do anexo às demonstrações financeiras, o cessionário compromete-se adquirir os inventários pelos valores reconhecidos nos registos contabilísticos, estando o pagamento deste valor dependente da extensão do fundo de maneo apurado no âmbito da avaliação da unidade fabril.

Provisões

A SANTA CATARINA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



04 – Fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A SANTA CATARINA classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalha-se como segue:

	2021	2020
Caixa	398,52	374,05
Depósitos bancários	515 506,57	135 691,47
	515 905,09	136 065,52
Descobertos bancários	-20 455,71	-3 848,12
	<u>495 449,38</u>	<u>132 217,40</u>

05 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2021, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2020, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

06 – Partes relacionadas

O capital social da SANTA CATARINA, no montante de 50.000 euros, é representado por 5 000 000 ações nominativas com valor nominal de um cêntimo, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, S.A., que correspondem a 100% do capital social (5 000 000 ações).



Como indicado na nota introdutória, o concurso público internacional correspondente à cessão de exploração da unidade fabril, possibilita também o exercício da opção de compra da totalidade do capital social detido pelo acionista único.

Em 2013, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Santa Catarina, S.A. seguida de um aumento de capital social para 50 000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a LOTAÇOR passou a deter a totalidade do capital social (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2021, os fundos financeiros disponibilizados à SANTA CATARINA, no montante de 19 520 729 euros, tendo em vista a sua viabilidade e reestruturação económico-financeira, poderão ser transformados em capital social ou cobrir prejuízos acumulados, ou alternativamente, serem reembolsados, não sendo devido juros remuneratórios vencidos e/ou vincendos, desde que haja excedentes de tesouraria e que, não havendo, essa responsabilidade poderá ser, na totalidade ou em parte, assumida pela Região Autónoma dos Açores.



07 – Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terreno	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Custo								
Em 1 Janeiro de 2020	198 000,00	2 508 761,09	1 509 303,98	75 082,50	193 106,97	69 183,33	21 100,00	4 632 577,87
Adições		22 635,16	140 851,33	8 151,23	3 815,47	50,86	234 690,00	410 194,05
Transferências / Correções					(3 190,71)		(21 100,00)	(24 290,71)
Alienações / abates		(5 123,63)			(20 892,23)			(26 015,86)
Em 31 de Dezembro de 2020	198 000,00	2 524 272,62	1 710 155,31	83 233,73	172 899,50	69 214,19	234 690,00	4 992 465,35
Depreciações acumuladas								
Em 1 Janeiro de 2020		843 507,42	1 288 963,65	56 497,65	176 934,04	65 780,06		2 431 682,82
Adições		115 287,69	87 603,35	4 873,48	7 827,69	1 140,08		216 732,29
Correções		5 712,53	(717,02)	4 950,97	(1 814,04)	(0,01)		8 132,43
Alienações / abates		(5 123,63)			(20 581,58)			(25 705,21)
Em 31 de Dezembro de 2020	-	959 384,01	1 375 849,98	66 322,10	162 366,11	66 920,13	-	2 630 842,33
Valor líquido 2020	198 000,00	1 564 888,61	334 305,33	16 911,63	10 533,39	2 294,06	234 690,00	2 361 623,02
Custo								
Em 1 Janeiro de 2021	198 000,00	2 524 272,62	1 710 155,31	83 233,73	172 899,50	69 214,19	234 690,00	4 992 465,35
Adições			15 628,53	16 943,52	17 448,56	5 650,00	252 152,45	307 823,06
Transferências / Correções		343 564,19	68 775,51		0,15	1 156,78	(412 339,70)	1 156,93
Alienações / abates		(24 145,86)	(221 329,97)	(9 143,28)	(41 112,99)	(16 325,00)		(312 057,10)
Em 31 de Dezembro de 2021	198 000,00	2 843 690,95	1 573 229,38	91 033,97	149 235,22	59 695,97	74 502,75	4 989 388,24
Depreciações acumuladas								
Em 1 Janeiro de 2021		959 384,01	1 375 849,98	66 322,10	162 366,11	66 920,13		2 630 842,33
Adições		132 309,71	95 957,93	9 093,47	10 674,72	2 511,54		250 547,37
Correções		40,51			(874,83)	653,58		(180,74)
Alienações / abates		(24 145,86)	(221 329,97)	(9 143,28)	(41 112,99)	(15 862,31)		(311 594,41)
Em 31 de Dezembro de 2021	-	1 067 588,37	1 250 477,94	66 272,29	131 053,01	54 222,94	-	2 569 614,55
Valor líquido 2021	198 000,00	1 776 102,58	322 751,44	24 761,68	18 182,21	5 473,03	74 502,75	2 419 773,69

Os itens do ativo fixo tangível foram expressos por quantias revalorizadas, cuja data de eficácia da revalorização foi de 1 de janeiro de 2012 e originou uma variação positiva de 2 314 168 euros creditada diretamente em capital próprio.

Em 2021, as principais aquisições referem-se a uma viatura, equipamento informático (software e hardware), alguns equipamentos básicos de baixo valor, incluindo um porta paletes. As aquisições de maior valor são as obras de conservação de equipamento, cravadeira, caldeira, a substituição da cobertura do edifício da fábrica e a execução de uma caixa/coletor e muro em alvenaria que será a preparação para a futura ETAR.

Em 31 de dezembro de 2021 é mantido em curso a reabilitação do antigo escritório do Mestre Saul e a substituição da rede de vapor, num montante total de 74 502,75 euros.



Como indicado na nota introdutória, com a assunção da gestão da exploração da unidade fabril prevista no concurso público internacional, o cessionário pagará uma renda anual fixa em valor igual ou superior a duzentos e seis mil euros no primeiro ano, e em valor igual ou superior a cento e cinquenta e seis mil euros a partir do segundo ano, sofrendo estas atualizações anuais aplicáveis com base nos coeficientes de aumento de rendas não habitacionais, e suportará todos os gastos relacionados com os consumos de eletricidade, gás e água. Adicionalmente, será também liquidada uma renda anual variável calculada na base de cinco por cento sobre os resultados operacionais anuais, com o limite mínimo de cinquenta mil euros. O pagamento da primeira renda anual deverá ocorrer com a assinatura do contrato, vencendo-se as rendas anuais subsequentes (fixas e variáveis) no dia primeiro dia útil do mês de abril do ano a que respeitarem.

08 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem aquisições de software que tem o seguinte movimento nesta rubrica em 31 de dezembro de 2021:

	<u>2021</u>
Ativos Intangíveis	
Programas de computador	
Em 1 janeiro	0,00
Adições	7 032,88
Em 31 de dezembro	<u>7 032,88</u>
Amortizações acumuladas	
Em 1 janeiro	0,00
Amortizações período	2 344,30
Em 31 dezembro	<u>2 344,30</u>
Valor líquido	<u><u>4 688,58</u></u>

09 – Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, existiam os seguintes ativos financeiros que se encontravam registados ao custo, que se indicam:



	2021	2020
Outros investimentos financeiros		
Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Açores, C.R.L.	124,70	124,70
Fundo Compensação Trabalho	18 031,77	19 201,63
	<u>18 156,47</u>	<u>19 326,33</u>

10 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nesta rubrica determina-se como segue:

Em 31 de Dezembro de 2021

	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	886 204,42	2 560 487,63	3 446 692,05
Compras	6 951 368,08		6 951 368,08
Varição da produção	-	-420 389,38	-420 389,38
Custo da matérias consumidas	-5 909 986,12	-	-5 909 986,12
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>1 927 586,38</u>	<u>2 140 098,25</u>	<u>4 067 684,63</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-380 000,00	-380 000,00
Inventário final líquido	<u>1 927 586,38</u>	<u>1 760 098,25</u>	<u>3 687 684,63</u>

Em 31 de Dezembro de 2020

	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	683 475,68	2 768 443,92	3 451 919,60
Compras	5 624 558,18		5 624 558,18
Varição da produção	-	-207 956,29	-207 956,29
Custo da matérias consumidas	-5 421 829,44	-	-5 421 829,44
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>886 204,42</u>	<u>2 560 487,63</u>	<u>3 446 692,05</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-280 000,00	-280 000,00
Inventário final líquido	<u>886 204,42</u>	<u>2 280 487,63</u>	<u>3 166 692,05</u>

As aquisições de atum e lombos totalizaram 4 463 270 euros e 2 971 853 euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020.



Santa Catarina
S. Jorge - Açores



A rubrica de perdas por imparidades acumuladas teve o seguinte movimento no ano:

	2021	2020
Saldo Inicial	280 000,00	150 000,00
Reforço do ano	100 000,00	130 000,00
Saldo final	380 000,00	280 000,00

A variação nos inventários de produção em 31 de dezembro de 2021 e 2020 resultou de:

	2021	2020
Existências finais	-2 140 098,25	-2 560 487,63
Existências iniciais	2 560 487,63	2 768 443,92
Variação da produção	420 389,38	207 956,29

De acordo com o concurso público internacional, os inventários existentes na data de cessão de exploração da unidade fabril serão adquiridos pelo cessionário, caso ultrapassem o valor estimado de 3,2 milhões de euros.



11 – Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica classificado no ativo como corrente, resume-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Clientes		
Outros clientes	1 892 621,96	1 650 389,15
Clientes de cobrança duvidosa	<u>285 677,14</u>	<u>309 282,09</u>
	2 178 299,10	1 959 671,24
Perdas por imparidade acumuladas	<u>-285 677,14</u>	<u>-309 282,09</u>
	<u><u>1 892 621,96</u></u>	<u><u>1 650 389,15</u></u>
Outros créditos a receber		
Acréscimo de rendimentos:		
Subsídio POSEIMA (Nota 19)	820 366,76	571 810,00
Outros acréscimos	0,00	0,00
Outros devedores diversos	<u>8 824,97</u>	<u>8 737,89</u>
	829 191,73	580 547,89
Perdas por imparidade acumuladas	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u><u>829 191,73</u></u>	<u><u>580 547,89</u></u>

Na rubrica de Acréscimos de rendimentos está registado a compensação atribuída pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia com o objetivo de apoiar o escoamento dos produtos da pesca, que regulamenta a atribuição das compensações pelos custos suplementares gerados pelo afastamento e a insularidade dos Açores (POSEIMA), no montante de 464 550 euros, referente ao ano de 2020 que será recebido em 2022, e 355 817 euros referente ao apoio de 2021 (Nota 19).

O montante de 1 892 622 euros em 31 de dezembro de 2021 devido pelos clientes apresentava a seguinte antiguidade:

	<u>2021</u>
Menos de seis meses	1 872 535,44
Mais de seis meses	6 721,33
Mais de doze meses	4 789,57
Mais de vinte e quatro meses	<u>8 575,62</u>
	<u><u>1 892 621,96</u></u>



O saldo da rubrica Perdas por Imparidade Acumuladas teve o seguinte movimento no ano:

	2021	2020
Clientes		
Saldo inicial	309 282,09	961 773,22
Reversão no ano	(23 604,95)	
Anulação de saldos		(652 491,13)
Saldo Final	285 677,14	309 282,09

12 – Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores em 31 de dezembro de 2021 e 2020 resumem-se como se segue:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Não corrente				
Contribuições para a segurança social	0,00	1 775 406,94	0,00	1 923 117,43
Corrente				
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos especiais por conta	53 285,78		53 285,78	
IRC – A Recuperar / pagar	-	554,97	-	1 126,08
Retenção imposto s/ rendimento				
Trabalho dependente		7 917,00		5 872,00
Rendimentos profissionais				40,00
Prediais		90,00		
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar / pagar			2 032,51	
IVA - reembolsos pedidos	145 792,35		154 000,00	
Segurança Social				
Contribuição p/ Seg.Social - corrente		38 358,46		37 657,71
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		187 824,48		184 547,40
FCT e FGCT		457,80		421,38
	199 078,13	2 010 609,65	209 318,29	2 152 782,00

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, é reduzida em 30% (DLR 2/99 A), correspondendo a uma taxa nominal de 14,70%, e, como estabelecido



na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a empresa exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

A taxa de IRC utilizada no cálculo do imposto diferido de 14,70% em 31 de dezembro de 2021 e 16,80% em 31 de dezembro de 2020 tem por base a taxa nominal de IRC aprovada para o exercício seguinte, sendo reduzido em 30% e 20% respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2021	2020	Ano de reporte
2014	12 303,66	12 303,66	2020
2015	11 268,32	11 268,32	2021
2016	10 305,94	10 305,94	2022
2017	9 535,82	9 535,82	2023
2018	9 872,04	9 872,04	2024
	<u>53 285,78</u>	<u>53 285,78</u>	

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquela declaração de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Os anos limite do prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação são indicados abaixo, estando anualmente limitado a 70% do lucro tributável.



Handwritten signature

Handwritten signature

Santa Catarina
S. Jorge - Açores



Handwritten signature

Em 31 de dezembro de 2021 apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	Valor		Ano de caducidade
	Base	Imposto	
2014	948 844	159 406	2028
2015	1 011 054	169 857	2029
2016	1 503 623	252 609	2030
2017	364 913	61 305	2024
2018	822 120	138 116	2025
2019	138 373	23 247	2026
2020	176 591	29 667	2032
2021	569 190	83 671	2033
	<u>5 534 708</u>	<u>917 878</u>	

Não obstante o valor recuperável dos prejuízos fiscais gerados nos períodos acima indicados, foi entendido mais uma vez pela Administração não reconhecer ativos de impostos diferidos, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a dívida ao Estado e outros entes Públicos estava assim classificada no balanço:

	2021	2020
Corrente	<u>235 203</u>	<u>229 665</u>
Não Corrente	<u>1 775 407</u>	<u>1 923 117</u>
	<u>2 010 610</u>	<u>2 152 782</u>

Em 2020 a Empresa solicitou ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social a unificação de todos os planos prestacionais. Atualmente tem dois planos prestacionais, o de 2020 com a dívida da Santa Catarina e o de 2015 com a dívida da extinta empresa Companhia, Lda, conforme se resume abaixo:

Aprovado	Não corrente	Corrente	Nº prestações	Última prestação
set-20	1 605 569,19	155 010,00	150	fev-33
ago-15	169 837,75	32 814,48	150	jan-28
	<u>1 775 406,94</u>	<u>187 824,48</u>		



Santa
Catarina
S. Jorge - Açores

Os planos prestacionais existentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 têm como garantia a hipoteca do edifício da Santa Catarina, S.A.

O imposto sobre o rendimento do período decompõe-se em 2021 e 2020:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IRC a pagar	-555	-1 126
Imposto diferido	<u>11 395</u>	<u>12 793</u>
	<u>10 840</u>	<u>11 667</u>

13 – Diferimentos

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 compreende:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Gastos a reconhecer		
Seguros	<u>2 271,27</u>	<u>12 226,98</u>

14 – Capital realizado, reservas e resultados acumulados

O capital social da SANTA CATARINA é representado em 5 000 000 ações nominativas com valor nominal de 1 cêntimo, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas em 100% pela LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, S.A.

No ano de 2020 a LOTAÇOR transferiu para a SANTA CATARINA o montante de 2 450 000,00 euros, e em 2021, transferiu 2 150 000,00 euros, contabilizados em outros instrumentos de capital próprio, passando o saldo devido ao acionista para 19 520 729,04 euros.

As variações ocorridas nas rubricas dos capitais próprios a seguir indicadas nos exercícios de 2021 e 2020 decorreram de:



Em 31 de Dezembro de 2021

	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldos final
Capital social	50 000,00				50 000,00
Out. instrumentos de capital proprio	17 370 729,04			2 150 000,00	19 520 729,04
Resultados transitados	(21 226 198,58)	(249 251,71)		20 295,09	(21 455 155,20)
Excedentes revalorização:					
Revalorização 2011	320 774,50			(31 689,75)	289 084,75
Impostos diferidos	(53 890,13)			11 394,66	(42 495,47)
	(3 538 585,17)	(249 251,71)	-	2 150 000,00	(1 637 836,88)
Resultado liquido do período	(249 251,71)	249 251,71	(629 934,79)		(629 934,79)
	(3 787 836,88)	-	(629 934,79)	2 150 000,00	(2 267 771,67)

Em 31 de Dezembro de 2020

	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldos final
Capital social	50 000,00				50 000,00
Out. instrumentos de capital proprio	14 920 729,04			2 450 000,00	17 370 729,04
Resultados transitados	(20 819 429,78)	(447 821,84)		41 053,06	(21 226 198,56)
Excedentes revalorização:					
Revalorização 2011	356 520,79			(35 746,29)	320 774,50
Impostos diferidos	(59 895,51)			6 005,38	(53 890,13)
	(5 552 075,46)	(447 821,84)	-	2 461 312,15	(3 538 585,15)
Resultado liquido do período	(447 821,84)	447 821,84	(249 251,71)		(249 251,71)
	(5 999 897,30)	-	(249 251,71)	2 461 312,15	(3 787 836,86)

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

Como explicado na Nota 6, o saldo devido ao acionista de 19 520 729,04 euros, que corresponde aos fundos diretamente disponibilizados ou transformação de créditos que, no futuro, poderão ser utilizados para cobertura de prejuízos ou aumento de capital social. Como não existem indicações em contrário por parte do acionista, este montante será considerado como integrando as ações de sustentabilidade financeira que terão de ser concretizadas perante o risco de liquidez existente e, por isso, foi reconhecido em capitais próprios.



Como indicado na Nota 7, os itens do ativo fixo tangível foram expressos por quantias revalorizadas determinadas por um avaliador independente que, conforme relatório datado de 25 de janeiro de 2012, determinou, baseado no método comparativo do valor de mercado, que a quantia escriturada desses ativos fosse aumentada em 2 314 168,00 euros, sendo a data de eficácia dessa revalorização reportada a 1 de janeiro de 2012. Sobre este valor é calculado o respetivo imposto diferido.

De acordo com o n.º 1 do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), “*resultando das contas de exercício ou de contas intercalares, tal como elaboradas pelo órgão de administração, que metade do capital social se encontra perdido, ou havendo em qualquer momento fundadas razões para admitir que essa perda se verifica, devem (...) os administradores requerer prontamente a convocação*” da assembleia geral “*a fim de nela se informar os sócios da situação e de estes tomarem as medidas julgadas convenientes.*”

Em 31 de dezembro de 2021, os capitais próprios da SANTA CATARINA são negativos no valor de 2 267 771,67 euros.

Em dezembro de 2021 foi publicado o lançamento de um concurso público internacional para a cessão da exploração da unidade fabril dedicada à produção de conservas de atum de Santa Catarina, sita na ilha de São Jorge, por um período mínimo de 10 anos com a possibilidade de exercício de opção de compra, no final do período de exploração, da totalidade das ações representativas do capital social da Sociedade, detidas indiretamente, através da Sociedade LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, S.A., pela Região Autónoma dos Açores, nos termos de autorização concedida através da Resolução do Conselho do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, publicada em 21 de dezembro de 2021.

15 – Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos resume-se como se segue:

	Em 31 de Dezembro de 2021			Saldo final
	Saldos inicial	Capitais próprios		
		Aumentos	Reversão	
Passivos por impostos diferidos				
Excedentes de revalorização de A.fixos Tang.	53 890,13	-	-11 394,66	42 495,47
	53 890,13	0,00	-11 394,66	42 495,47



Em 31 de Dezembro de 2020

	Capitais próprios			Saldo final
	Saldos inicial	Aumentos	Reversão	
Passivos por impostos diferidos				
Excedentes de revalorização de A. fixos Tang.	59 895,51	-	-6 005,38	53 890,13
	<u>59 895,51</u>	<u>0,00</u>	<u>-6 005,38</u>	<u>53 890,13</u>

16 – Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica classificado no passivo como corrente, decompõe-se como segue:

	2021	2020
Fornecedores		
Empresa mãe - Lotaçor	165 716,63	321,73
Outros fornecedores	1 865 775,71	999 448,22
	<u>2 031 492,34</u>	<u>999 769,95</u>
Outras contas a pagar		
Pessoal	97 495,44	96 335,53
Fornecedores de investimento	3 344,50	43 715,19
Credores por acréscimo de gastos		
Férias e subsídio de férias	268 025,68	291 675,79
Juros a liquidar	17 262,66	18 176,10
Outros credores	83 908,41	39 365,58
Cheques pré-datados	224 294,78	361 514,05
Outras contas a pagar	3 788,35	37 230,70
	<u>698 119,82</u>	<u>888 012,94</u>

17– Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os financiamentos constantes no passivo corrente e não corrente, encontram-se assim repartidos:



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	0,00	4 629 126,61
Locação financeira	0,00	268 007,63
	<u>0,00</u>	<u>4 897 134,24</u>
Correntes		
Contas Correntes Caucionadas	47 500,00	442 500,00
Empréstimos Bancários de curto prazo	112 383,35	2 310 591,27
Empréstimos Bancários de longo prazo	31 073,33	107 926,16
Locação financeira	286 356,18	67 571,30
Descoberto bancário	20 455,71	3 848,12
Dívida assumida pela RAA	6 556 657,37	
	<u>7 054 425,94</u>	<u>2 932 436,85</u>
	<u>7 054 425,94</u>	<u>7 829 571,09</u>

Os empréstimos bancários existentes em 31 de dezembro de 2021 no montante de 7 054 426 euros serão em parte assumidos pela Região Autónoma dos Açores pelo valor de 6 556 657 euros. Os saldos não transferidos tem as seguintes condições contratuais:

- (i) A 19 de dezembro de 2011, celebrou-se um contrato de financiamento em conta corrente com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante até 500 000 euros. Em 2021 encontrava-se utilizada em 47 500 euros, vence juros à taxa EURIBOR a 12 meses com um *spread* de 3,5%, pelo prazo de 12 meses renovável por iguais períodos sucessivos, avalizado pelo acionista Lotaçor, S.A. e garantido por uma carta conforto emitida pelo Governo Regional dos Açores.
- (ii) A 14 de março de 2012 foi celebrado com Banco Comercial Português um contrato de factoring com recurso, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com uma percentagem de adiantamento de 70% sobre o valor da fatura e com um limite de adiantamento de 400 000 euros, vencendo juros mensais à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um *spread* de 4,95%. Este contrato encontra-se garantido por um aval do acionista Lotaçor, S.A. O saldo em 31 de dezembro de 2021 está a zero.
- (iii) Em 6 de dezembro de 2013 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de apoio à tesouraria, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com o limite de 700 000 euros. Em 14 de maio de 2015 o limite máximo passou para 1 000 000 euros, e em 21 de dezembro de 2021 o limite máximo desceu para 850 000 euros, vencendo juros à taxa Euribor a



- 6 meses, acrescida de *spread* de 4,95%. Este contrato está avalizado pelo acionista Lotaçor e através de uma carta conforto do Governo Regional dos Açores e tem um saldo de 112 383 euros.
- (iv) Em janeiro de 2016 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de locação financeira imobiliária, pelo prazo de 240 meses, no montante de 320 000 euros, reembolsável em 240 rendas, no montante de 1 548 euros cada, vencendo-se a primeira em janeiro de 2016. Os juros são calculados à taxa Euribor 12 meses, acrescida de um *spread* de 2,5%. Este contrato de locação financeira está garantido e avalizado pelo acionista Lotaçor e tem um saldo de 273 454 euros.
- (v) A 25 de julho de 2018 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de factoring com recurso, pelo prazo de 6 meses, renovável por iguais períodos sucessivos, com uma percentagem de adiantamento de 80% sobre o valor da fatura e com um limite de adiantamento de 300 000 euros, vencendo juros mensais à taxa EURIBOR a 12 meses, acrescida de um *spread* de 3,25%. Este contrato encontra-se avalizado pela Lotaçor, SA. e garantido pela carta conforto do Governo Regional dos Açores. O saldo em 31 de dezembro de 2021 está a zero.
- (vi) Em outubro de 2020 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de locação financeira, pelo prazo de 48 meses, no montante de 16 943,52 euros, reembolsável em 48 rendas, no montante de 362,01 euros cada, vencendo-se a primeira em janeiro de 2021. Os juros são calculados à taxa Euribor 12 meses, acrescida de um *spread* de 2,25%, estando o contrato avalizado pela SANTA CATARINA. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de 12 902 euros.

De acordo com o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2022, no artº 27 do Decreto Legislativo Regional nº 38/2021/A autoriza a Região Autónoma dos Açores, acionista única da Lotaçor que por sua vez é acionista única da SANTA CATARINA, a adquirir dívidas remuneradas e não remuneradas desta entidade no âmbito da realização do procedimento concursal para a cessão da exploração da fábrica e no montante necessário para permitir a exploração da fábrica segundo as condições definidas no procedimento concursal, passando a dívida financeira da SANTA CATARINA, a constituir dívida direta da REGIÃO.

Pelo Despacho nº 153/2022 de 7 de fevereiro foi autorizado o primeiro conjunto de operações de financiamento titularizadas pela SANTA CATARINA que serão transferidas para a REGIÃO.



18 – Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de Vendas e serviços prestados tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Vendas		
Mercadorias	1 045 507,51	125 094,28
Produtos acabados e intermédios	7 991 032,31	8 128 526,26
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	111 511,06	113 043,00
	<u>9 148 050,88</u>	<u>8 366 663,54</u>
Prestações de serviços	2 284,64	4 696,10
	<u>9 150 335,52</u>	<u>8 371 359,64</u>

19 – Subsídios à exploração

A rubrica de Subsídios à exploração em 2021 e 2020 detalha-se como se segue:

	<u>Subsídios à exploração</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Subsídios à exploração Estado e outros entes públicos	<u>370 217,00</u>	<u>611 037,92</u>

Esta rubrica compreende predominantemente a compensação atribuída pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia com o objetivo de apoiar o escoamento dos produtos da pesca, ao abrigo da Portaria n.º 84/2017, alterada pela Portaria 64/2020 que regulamenta a atribuição das compensações pelos custos suplementares gerados pelo afastamento e a insularidade dos Açores – POSEIMA – Programa Operacional MAR2020 (Nota 11).

Em outubro de 2020 foi publicada a Portaria 151/2020 que visa reforçar, relativamente aos anos 2019 e 2020, a compensação concedida à indústria regional de transformação de atum ao abrigo do “Regime de Compensação dos Custos Suplementares para os Produtos da Pesca da Região Autónoma dos Açores”, enquadrado no Programa Operacional MAR2020. O montante dos subsídios de 2020 está afetado por esta compensação no valor de 111 551 euros referente à compensação do ano 2019.



Do valor total de subsídios para 2021, 14 400 euros, são relativos ao subsídio do Programa MEET (Medida Extraordinária de Estabilização de Trabalhadores).

20 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos detalha-se conforme se segue:

	2021	2020
Trabalhos especializados	107 155,74	88 028,52
Publicidade e propaganda	233 531,26	60 217,14
Vigilância e segurança	120,00	120,00
Honorários	5 848,75	14 417,80
Comissões	32 715,83	22 676,19
Conservação e reparação	33 075,18	52 672,02
Serviços bancários	55 552,08	69 842,82
Outros	9 320,45	7 138,62
Custos de armazenagem no frio	18 395,06	-7 201,57
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	18 027,82	25 877,69
Material escritório	3 622,61	5 108,63
Material publicitário	3 278,97	6 899,50
Material laboratório	7 300,36	5 453,36
Electricidade	76 264,53	75 272,70
Combustíveis	7 076,89	7 254,23
Água	18 689,67	18 840,45
Outros	63,39	47,60
Deslocações e estadas	22 700,83	13 773,66
Transportes de pessoal	44 827,00	47 665,46
Transportes de mercadorias	387 730,40	298 272,12
Rendas e alugueres	5 917,24	1 792,19
Comunicação	7 934,52	10 914,56
Seguros	21 195,42	17 097,96
Contencioso e notariado	707,27	1 554,84
Despesas de representação	2 110,15	1 322,49
Limpeza, higiene e conforto	27 637,49	22 893,71
Outros fornecimentos e serviços	2 490,00	540,25
	<u>1 153 288,91</u>	<u>868 492,94</u>



C. J. Alves

Santa Catarina
S. Jorge - Açores

hi

Em 2021, os gastos de promoção são reconhecidos na rubrica de publicidade e propaganda e nos anos anteriores eram classificados em descontos e abatimentos.

21 – Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Gastos com o pessoal detalha-se conforme se segue:

	2021	2020
Remunerações dos Órgãos Sociais	68 592,46	117 388,22
Remunerações do pessoal	1 440 857,70	1 447 721,00
Indemnizações	15 993,28	1 342,41
Encargos sobre Remunerações	340 759,68	348 441,06
Seguro Ac. Trab. e Doenças Prof.	42 216,73	48 065,37
Gastos de ação social	795,27	2 700,00
Outros gastos com Pessoal	21 205,36	25 444,42
	<u>1 930 420,48</u>	<u>1 991 102,48</u>

O número médio de pessoas ao serviço da SANTA CATARINA durante os exercícios de 2021 e 2020 foi de 138 e 140, respetivamente.

22 – Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros rendimentos resume-se como se segue:

	2021	2020
Rendimentos suplementares	17 045,45	14 264,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	260,96	402,05
Ganhos na alienação de ativos tangíveis	569,10	0,00
Diferenças de cambio favoráveis	363,29	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	26 560,06	10 017,80
	<u>44 798,86</u>	<u>24 684,35</u>



Santa
Catarina
S. Jorge - Açores

23 – Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de outros gastos resume-se como se segue:

	2021	2020
Impostos	31 049,67	27 975,03
Descontos de pronto pagamento concedidos	18 725,92	21 114,19
Dívidas incobráveis	1 244,65	454,61
Perdas em inventários	462,69	310,65
Correções relativas a períodos anteriores	364,00	8 866,41
Quotizações	7 853,80	7 253,80
Ofertas e amostras inventários	20 780,79	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	700,07	1 700,85
Encargos com descontos	13 293,87	30 132,18
Juros de mora e compensatórios	49 039,62	41 511,13
Outros não especificados	0,04	3 978,52
	<u>143 515,12</u>	<u>143 297,37</u>

Na rubrica Juros de mora e compensatórios estão registados os encargos com os planos prestacionais da Segurança Social (Nota 12).

24 – Juros e rendimentos e gastos similares

Os juros e rendimentos e gastos similares em 31 de dezembro de 2021 e 2020 têm a seguinte composição:

	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Financiamentos obtidos	311 971,16	278 000,96
Juros de locação financeira	7 088,14	3 801,14
	<u>319 059,30</u>	<u>281 802,10</u>



25 – Responsabilidades contingentes

Relativamente ao processo judicial que a Pescatum S.A. tinha contra a SANTA CATARINA e outros, relacionado com um pedido de indemnização de um apoio financeiro atribuído em 2008, no montante aproximado de 560 000 euros, acrescidos os respetivos juros de mora, a SANTA CATARINA foi absolvida. Foi apresentado recurso pela Pescatum, no entanto o Conselho de Administração está convicto de que de acordo com pareceres emitidos pelos advogados, não é esperado qualquer encargo materialmente significativo para a SANTA CATARINA.



ORGÃOS SOCIAIS



8.1 COMPOSIÇÃO E MANDATOS

Cargo	Órgão Social	Data Nomeação	Mandato	Observações
Mesa da Assembleia Geral				
Presidente	Manuel Gil Berquó Ávila	31-ago-21	2021-2023	
Vice-Presidente	Andy Rodrigues	31-ago-21	2021-2023	
Secretário	Valdemar da Ponte Furtado	31-ago-21	2021-2023	
Conselho de Administração				
Presidente	Catarina de Lacerda Martins	31-ago-21	2021-2023	
Vogal Executivo	Simão Pedro Ferreira Cabral Neves	31-ago-21	2021-2023	
Vogal Não Executivo	Vassili Plesov	31-ago-21	2021-2023	
Fiscal Único				
Efetivo	UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS - SROC, Lda. (n.º164) Representada por Manuel Luis Fernandes Branco	31-ago-21	2021-2023	
Suplente	António Tavares da Costa Oliveira, (n.º 656)	31-ago-21	2021-2023	

li
hs
Jhes



REMUNERAÇÕES

			Regime Previd	Subs Alim	Vencimento Base	Despesas Represent	Vencim Base	Despesas Represent	Subs. Férias	Férias não gozadas	Subs. Natal	Subs Alim	Total
Presidente do Conselho de Administração	Rogério Paulo Lopes Soares Veiros	1 janeiro a 31 agosto	Segurança Social	4,27 €	3.648,00 €	1.094,40 €	27.104,64 €	8.755,20 €	6.075,57€	5.246,51 €	2.427,57 €	614,88€	50.224,37 €
Vogal Executivo do Conselho de Administração	Roberto Nuno Raposo Ferreira	1 janeiro a 31 agosto	Segurança Social	4,27 €	3.283,20 €	820,80 €	11.840,04 €	3.201,12 €	5.470,20€	6.365,72 €	1.053,00 €	320,25€	28.250,33 €
Vogal Não Executivo do Conselho de Administração	Cíntia Ricardo Reis Machado	1 a 27 janeiro	x	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

A nova Administração nomeada a 1 de setembro não auferiu qualquer remuneração, uma vez que a Presidente e o Vogal executivo são membros do Conselho de Administração da Lotação, acumulando funções.

hi

 J. M. S.



hi
Julij

CURRICULUM VITAE

CATARINA DE LACERDA MARTINS

Informação Pessoal:

Nascida em Ponta Delgada a 26 de outubro de 1972.

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciada em Economia em 1994, na Universidade Nova de Lisboa.

Pós-graduada em Finanças Empresariais em 2002, na Universidade dos Açores.

Membro n.º 3733 da Ordem dos Economistas.

Experiência profissional:

Presidente do Conselho de Administração da LOTAÇOR- Serviço de Lotas dos Açores, S.A., desde fevereiro de 2021.

Presidente do Conselho de Administração da Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., desde setembro de 2021.

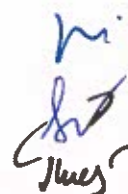
Técnica superior na área do Controlo de Gestão, LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, SA, de fevereiro de 2011 até fevereiro de 2021.

Diretora Administrativa e Financeira, Atlânticoline, SA., de fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011.

Coordenadora de Serviços Administrativos e Financeiros, LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, SA., de outubro de 2005 a fevereiro de 2008.

Vogal do Conselho de Administração, LOTAÇOR - Serviço Açoriano de Lotas, EP, de maio de 2000 a outubro de 2005.

Membro do Conselho de Administração (não executiva) - Cofaco Açores - Indústria de Conservas, SA, de janeiro a dezembro de 2002.



Assessora do Conselho de Administração, LOTAÇOR - Serviço Açoriano de Lotas, EP, de janeiro de 1995 a maio de 2000.

Participação no movimento associativo:

Presidente do Conselho Fiscal da USSMSM - União de Sindicatos de São Miguel e Santa Maria, eleita em dezembro de 2019, para o quadriénio 2019-2023.

Membro do Conselho Fiscal da Associação Mar Açores Oriental, de outubro de 2017 a março de 2021.

Dirigente Sindical SIMAMEVIP - Sindicato da Marinha Mercante, Agências de Viagem, Transitários e Pesca, de abril 2017 a fevereiro 2021.

Participou do grupo de trabalho responsável pela candidatura do Grupo de Ação Local Pescas, para as ilhas de São Miguel e Santa Maria - Mar Açores Oriental, 2016-2018.

SIMÃO PEDRO FERREIRA CABRAL NEVES

Informação Pessoal:

Nascido em Ponta Delgada a 3 de outubro de 1972

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas da Universidade dos Açores 1990-1995, especialização nas áreas: Financeira e Marketing.

Pós-Graduação em Engenharia da Qualidade, ministrada pela Norma Açores em parceria com o ISQ e a Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Pós-Graduação em Marketing Digital, 1ª nos Açores, organizada pelo IPAM, com a Universidade Europeia e a Creative University.

Experiência profissional:



hi
Jhes

Vogal do Conselho de Administração da Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., desde o início de setembro 2021.

Vogal do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, SA, desde o início de 2021.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Parceiros GAL Pescas GRATER Mar, representando a Lotaçor.

Representante da Lotaçor na CC RUP.

Representante da Lotaçor na CC Sul.

Na fileira do pescado dos Açores desde dezembro 2013, tendo sido até janeiro de 2021:

Diretor geral da AZORFISK Unipessoal, Lda, do Grupo Scanfisk, espanhol.

Representante e gestor de negócios da Scanfisk Seafood, SL, para os Açores.

Tesoureiro da Direção da ACPA-Associação de Comerciantes de Pescado em representação da Azorfisk.

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Associação Mar Açores Oriental em representação da Azorfisk.

Coordenador do Grupo de Trabalho do Mar e Pescas do Órgão de Governação da RIS3 Açores, em representação da CCIA.

VASSILI PLESOV

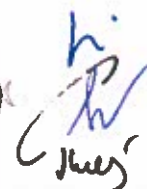
Informação Pessoal

Data de Nascimento: 29 de agosto de 1988

Habilitações Académicas:

Licenciado em Economia pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, 2009.

Mestre em Economia pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, 2011.



LL.M. Law in a European and Global Context pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, 2014.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2018.

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, 2021.

Associações Profissionais:

Inscrito na Ordem dos Advogados Portugueses (inscrição suspensa durante o período de exercício de funções públicas).

Atividade Profissional Universitária:

Assistente Convidado na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais e na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2009-2015).

Assistente de Investigação no Centro de Estudos Aplicados da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (2010-2011).

Investigador na área de análise económica da Resolução Alternativa de Litígios no âmbito do protocolo entre a Universidade Católica Portuguesa e ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (2014-2015).

Atividade Profissional não Universitária:

Consultor estagiário na Área Fiscal e na Área de Direito Bancário e Financeiro da Vieira de Almeida e Associados (2011-2012).

Consultor no Centro de Estudos Financeiros da Associação Portuguesa de Bancos (2012-2013).

Consultor na Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial do Ministério das Finanças (2015-2018).

Consultor de Direito Bancário e Financeiro da Vieira de Almeida e Associados (2018-2021).

Adjunto do Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública do XIII Governo Regional dos Açores (2021-presente).



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo da **SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
5. A Entidade apresenta capitais próprios negativos e encontra-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais; todavia, estão em desenvolvimento ou foram concretizadas diversas medidas de reestruturação financeira e operacional que poderão inverter o ciclo de dependência de disponibilização de fundos financeiros por parte do acionista único, as quais se consubstanciaram numa redução significativa do passivo bancário e na eventual cessão de exploração da unidade fabril por um período de dez anos. Salientamos, também, que se deverá publicitar a existência de perda de capital de acordo o estabelecido no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:



CERTIFICAÇÃO LEGAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 9.569.372 euros e um total de capital próprio negativo de 2.267.772 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 629.935 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As presentes demonstrações financeiras, que foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e da continuidade da Entidade na sua forma atual, apresentam capitais próprios negativos de 2.267.772 euros, os quais contemplam um reforço do acionista único de 19.520.729 euros sob a forma de prestações acessórias e, neste quadro, é aplicável à Entidade as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme divulgado na nota introdutória do anexo às demonstrações financeiras, está a decorrer atualmente a formalização dos princípios gerais a que obedecerá a cessão de exploração da unidade fabril, pelo prazo de dez anos com pagamento de

rendas anuais fixas e variáveis, os quais estão delineados no caderno de encargos do concurso público internacional realizado, que determina, entre outras condições, assegurar, no arranque da cessão, um nível de inventários no montante de 3,2 milhões de euros. Tendo por base este processo conjugado com a redução significativa do passivo bancário que foi assumido pela Região Autónoma dos Açores em 2022, como indicado na nota 17 do anexo, é convicção do Conselho de Administração de que a liquidez durante o período estimado de dez anos de cessão de exploração está assegurada, findo o qual a entidade cessionária poderá exercer o direito de opção de compra da totalidade do capital social da Entidade ou então a sua atividade operacional retomada.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

21
July

